UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EPIDEMIOLOGIA

# VITIMIZAÇÃO POR VIOLÊNCIA URBANA EM UMA CIDADE DE PORTE MÉDIO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

MESTRANDA: SUÉLEN HENRIQUES DA CRUZ

ORIENTADORA: HELEN GONÇALVES

CO-ORIENTADOR: MARIO RENATO DE AZEVEDO JÚNIOR

PELOTAS/RS

2008

# Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EPIDEMIOLOGIA

# VITIMIZAÇÃO POR VIOLÊNCIA URBANA EM UMA CIDADE DE PORTE MÉDIO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MESTRANDA: SUÉLEN HENRIQUES DA CRUZ**

**ORIENTADORA: HELEN GONÇALVES**

**CO-ORIENTADOR: MARIO RENATO DE AZEVEDO JÚNIOR**

A apresentação desta dissertação é uma exigência do Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

PELOTAS/RS

2008

**SUÉLEN HENRIQUES DA CRUZ**

# VITIMIZAÇÃO POR VIOLÊNCIA URBANA EM UMA CIDADE DE PORTE MÉDIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Helen Gonçalves (orientadora)

Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Fernando Barros

Universidade Federal de Pelotas

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Pelotas, 26 de Novembro de 2008.

***Das utopias***

*Se as coisas são inatingíveis... ora!*
*Não é motivo para não querê-las...*
*Que tristes os caminhos, se não fora*
*A presença distante das estrelas!*

Mário Quintana

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por sempre permitirem que eu fizesse minhas escolhas e, acima de tudo, apostarem nelas. Á minha mãe, por ser o meu exemplo de mulher, de determinação e garra; por acreditar tanto em mim e ser meu porto seguro, sempre me oferecendo um 'colinho' e me dando força para levantar nos momentos em que o desânimo e a frustração aparecem. E ao meu pai, pelo amor e carinho e pela descontração; por (tentar) me ensinar que os problemas são só problemas e que não vale a pena se importar tanto com eles, mas, acima de tudo, por sempre dar um jeitinho de me fazer sorrir, até mesmo nos momentos mais difíceis da minha vida.

Ao Marcio, meu amor, por ter sido um super companheiro neste período tão desafiador na minha vida. Pela paciência, pelo carinho e bom-humor com que me tratou mesmo quando nem eu me suportava mais! Pelos planos que temos e pelo futuro lindo que nos aguarda...

À minha tia, Magda, por desde a minha infância ter sido uma amigona, uma alma bondosa que se faz muito presente em minha vida. Exemplo da força e coragem, que carrega uma meiguice inexplicável no olhar.

À minha querida Midian, que a cada dia me faz mais orgulhosa da sua garra e alegria de viver, mesmo com todos os obstáculos que a vida lhe impõe... Desde que ela entrou na minha vida, sinto que tenho mais a aprender com ela do que ela comigo.

À minha inesquecível avó Marlene, que me cativou a ter gosto pelos estudos, desde a época em que me ensinava e 'tomava a matéria das provas', com sua paciência e dedicação de professora e carinho da avó. Pelos bailes de carnaval e pelas flores que 'roubávamos' dos jardins, nos caminhos da escola para casa...

Á minha amiga Ju, companheira inseparável nos melhores e piores momentos que passei nestes anos... Seja me dando colo ou me fazendo rir, o carinho e a amizade que dedica a mim nestes longos anos de amizade fez com que se tornasse mais que uma irmã.

À Luciane que, apesar da minha idade, não tenho vergonha de dizer que é minha babá! O carinho e o cuidado que tem comigo diariamente ao longo desses anos, os mimos e as preocupações com a minha saúde, expressas através de conselhos como: te deita um pouquinho, depois tu estuda! – foram imprescindíveis nessa difícil jornada.

À Helen, que foi mais do que uma orientadora... não só me ensinou a fazer coisas, mas as fez comigo; nos momentos de desespero e desânimo (não foram poucos!) me ouvia e não deixava que eu me abatesse demais, nem que para isso fosse preciso me dar um 'puxão de orelhas'; se dedicou além do que eu esperava que um orientador se dedicasse, gastando horas preciosas para me ajudar a realizar este trabalho. A honestidade de dizer quando não sabia algo e o dinamismo com que sempre procurava uma resposta (nunca me deixava sem resposta!) é uma das coisas que aprendi com ela e vou levar para a minha vida toda!

Ao Mario, meu co-orientador, que mesmo ocupadíssimo, estava sempre de prontidão, solícito quando eu precisava rever as análises; e em especial por ter conseguido, finalmente, me ensinar a fazer as análises, depois de ter me explicado isso milhares de vezes nesses últimos meses!

Aos professores do Centro de Pesquisas, por terem dividido comigo a excelência de seu saber. Aos monitores, em especial Gian e Samuel, por serem tão meigos e dispostos a ajudar sempre. Aos demais funcionários, pelo suporte imprescindível ao andamento do Curso.

Por fim, a todos os meus queridos colegas, companheiros de jornada, de angústias e alegrias... Em especial ao Alan e ao Giovâni - a companhia deles tornou esse desafio, que foi o mestrado, menos pesado e mais divertido.

À minha colega e xará Suele, que entrou na minha vida por acaso e hoje, por afinidade, permanece nela como uma grande amiga, daquelas ‘amigas de anos!’. A Sú foi muito importante nessa etapa da minha vida... aprendemos, rimos e choramos juntas. Ela me ensinou muita coisa e sua amizade leal vai ficar marcada como uma das melhores coisas que me aconteceram nestes últimos dois anos.

**SUMÁRIO**

**Seção I**

Projeto de pesquisa ..... 9

**Seção II**

Relatório do trabalho de campo ..... 47

ANEXOS ..... 61

**Seção III**

Artigo ..... 71

Normas para publicação ..... 95

**Seção IV**

Nota à imprensa ..... 105

# PROJETO DE PESQUISA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**
**DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EPIDEMIOLOGIA**

# Vitimização por violência urbana em Pelotas/RS

Projeto de Pesquisa

**Mestranda: Suélen Henriques da Cruz**

**Orientadora: Helen Gonçalves**

**Co-orientador: Mario Renato de Azevedo Júnior**

**Pelotas, Novembro de 2007.**

# 1. Introdução

***Não nos indignamos com fatos imprecisos, sem cara ou significados claros. Nossa moral tem dificuldades com números altos. Um morto é um drama, 500 mortos é uma tragédia, acima disso é estatística.***

Luis Fernando Veríssimo

A violência tem crescido muito em vários países, principalmente na América Latina [1]. A partir de 1996 ela tornou-se um problema de saúde pública em razão do aumento da incidência de traumatismos intencionais e foi incorporada na agenda internacional como tal após a 49ª Assembléia Mundial de Saúde [2]. Desde então, instituições e organizações de saúde, entre outras, enfrentam o desafio de prevenir a violência em suas diversas formas, além de minimizar os custos em saúde que aumentam à medida que cresce o número de vítimas dos atos violentos [3-6]. Estas, por sua vez, impõem necessidades aos serviços de saúde que vão além do tratamento das lesões (quando ocorrem), e que englobam a reabilitação física e psicológica [7].

A violência como um fenômeno multifacetado, atingindo a integridade física nas diversas esferas sociais, psíquica e simbólica de indivíduos ou grupos, requer do Estado e das instituições (de saúde e de segurança) o entendimento de suas causas e conseqüências, que podem diferir de um país a outro pelos padrões culturais [8]. A complexidade do tema se reflete na definição abrangente dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a ela. Para a OMS, a violência é o uso deliberado de força física ou de poder, efetivado ou por intermédio de ameaça contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo que cause, ou tenha probabilidade de causar lesões, danos psicológicos, transtornos do desenvolvimento, privações e mortes [2]. Para trabalhar com os casos de violência, a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) classifica a

motivação para exercê-la, a forma de expressão e as prováveis vítimas e os agressores envolvidos, e os fatores associados a cada tipo de violência medida (ANEXO 1) [17].

No Brasil a década de 80 demarcou uma transição epidemiológica no perfil da mortalidade, as causas externas (acidentes e violências) passaram a ser responsáveis por grande parte dos óbitos na população [9,10]. Entre 1980 e 2000, cerca de dois milhões de mortes foram ocasionadas por acidentes e violências. Atualmente as causas externas representam a segunda maior causa de mortes no país (14,5%) [10] e o perfil das mortes por violência segue uma tendência mundial, afetando, principalmente, os jovens de sexo masculino [2,9,11]. Todavia, os números divulgados sobre violência não correspondem a todos os eventos violentos, mas somente àqueles notificados pelas vítimas ou pela polícia. Nem todo ato que infringe a lei e que utiliza agressão física ou psicológica (violento) é notificado aos órgãos públicos competentes. Isso inviabiliza uma visão total e mais próxima do que ocorre nas cidades, frente ao percentual de sub-registro de dados, principalmente, para acontecimentos como os furtos, assaltos e agressões, eventos que desencadeiam um sentimento comum de medo e insegurança social na população [12-14].

Com o objetivo de aproximar as estimativas dos crimes sofridos pela população e/ou não comunicados aos órgãos governamentais, começam na década de 60, nos Estados Unidos, as pesquisas sobre vitimização por violência [15]. Seus resultados mostraram que a propensão das vítimas a informarem o crime sofrido depende de fatores como vergonha, medo e desinformação. Muitos destes aspectos mascaram socialmente as taxas divulgadas, subestimando-as e, além disso, dificultam as possibilidades de articulações efetivas na área da saúde, como previsão de gastos com insumos e pessoal [15].

## 2. Revisão de literatura

Visando identificar estudos sobre vitimização por violência urbana, pesquisou-se em diferentes bases de dados nacionais e internacionais. Para esta busca, diferentes combinações entre descritores foram utilizadas, selecionando aproximadamente 26.000 estudos. Destes, aqueles cujo título sugerisse identificação com o tema desta pesquisa, tiveram seus resumos lidos. Os estudos considerados relevantes por sua qualidade e rigor científico foram obtidos na íntegra e se encontram descritos no presente projeto (Quadro 1). Os artigos citados nestes estudos também fizeram parte da estratégia de busca.

Os descritores utilizados nos idiomas português, inglês e espanhol foram: a) *Vitimização – Victimization – Victimización;* b) *Violência urbana – Urban violence or Community violence – Violencia urbana;* c) *Assalto – Assault – Asalto;* d) *Roubo – Robbery or Theft – Robo;* e) *Furto – Theft or Stealing – Hurto;* f) *Agressão – Aggression or Injury – Agresión;* g) *Brasil – Brazil – Brasil e* h) *Saúde Pública – Public Health – Salud Pública.*

**Quadro 1.** Resultado numérico da busca bibliográfica sobre estudos de vitimização e violência.

| Fonte | Total de resumos encontrados | Total de resumos relevantes para a pesquisa |
|---|---|---|
| Medline | 10242 | 85 |
| Lilacs | 748 | 27 |
| Pubmed | 14181 | 74 |

### 2.1. Definições e dados sobre violência

Conforme salientado na introdução, a violência é um termo utilizado para designar um conjunto de fatos e de situações tão heterogêneas que inviabilizam uma uniformidade no modo de classificá-la, com exceção do código penal [16-18]. Nesta seção

não é possível expor todas as teorias sobre violência, mas apenas destacar alguns aspectos relevantes sobre o tema e fundamentais para os objetivos deste estudo.

Três importantes vertentes do campo do saber que estudam violência com maior tradição são as Ciências Sociais, o Direito e a Saúde Pública. Embora analisem a violência urbana de modo diferenciado [18], cada uma tem em comum procurado entender suas origens, causas e historicidade, buscando criar um corpo de conhecimento que ajude no combate e na prevenção dos atos violentos.

Para muitos cientistas sociais, a violência é um processo que tem origem nas relações macrossociais e está intimamente ligado ao poder [18,19]. Ou seja, em termos gerais, ela funcionaria como um instrumento fundamental de dominação do Estado para manter a organização social e seria um meio pelo qual a sociedade poderia se opor às situações impostas pelo poder. A violência é, portanto, o produto de fatos que transcendem a vontade individual do agressor, dificilmente entendida como algo biológico ou inerente aos indivíduos. Nesta área, são identificadas duas formas fundamentais de violência – a estrutural e a manifesta [18]. A violência estrutural, cujas conseqüências não podem ser atribuídas a indivíduos específicos, está vinculada a condições estruturais da sociedade, que oprime grupos, classes, nações e sujeitos. A violência manifesta é a que afeta a vida e a integridade física dos indivíduos ou grupos, de forma que suas manifestações são quantificáveis. Suas principais formas são os homicídios, as agressões, os estupros e os assaltos.

Na perspectiva legal (ou criminal), a violência é prioritariamente uma violação da lei vigente. É uma ação intencional que pode ser premeditada, um produto exclusivo da vontade individual daquele que comete o crime. Dessa forma, a culpabilidade da violência está focada no indivíduo violento/ilegal, tornando as ações contra a violência basicamente punitivas e muito pouco educativas [18].

Para o campo da Saúde Pública, a violência é considerada um problema, visto que pode causar danos ou incapacidades físicas e seqüelas emocionais/psíquicas às vítimas – além de vários anos de vida potencialmente perdidos e diminuição da qualidade de vida [11,20]. Uma grande parte das investigações nesse campo tem se centrado na determinação da freqüência e da gravidade das lesões produzidas pela violência (física, psicológica) e na descrição dos grupos e fatores de risco (idade, sexo, cor da pele, nível econômico, local de moradia) para o mesmo desfecho, a partir de dados secundários [18,21].

Este trabalho analisará a violência urbana, considerando-a como a que ocorre no âmbito das relações sociais, em ambientes não domésticos, cujas vítimas tenham sido lesadas em seu patrimônio ou física e psicologicamente [7].

Os roubos, assaltos, agressões, ameaças, seqüestros, estupros e homicídios são os tipos de violência urbana mais freqüentemente referidos na literatura [7]. Em 2003, no Brasil, os dados de homicídios colocaram o país na posição de terceiro lugar mundial, com uma taxa de 28,8/100.000 habitantes [10,22]. Por levar a morte, o homicídio é considerado uma violência grave. A quase totalidade desta violência havia ocorrido, em 2003, entre os homens, demonstrando um risco 12 vezes maior do que entre as mulheres. A escolaridade, como um dos determinantes sociais importantes para medir comportamentos, foi avaliada em outros trabalhos que encontraram riscos maiores de vitimização para os indivíduos com escolaridade igual ou inferior a quatro anos. Além de ser homem jovem, ser negro e pardo teve associação às mortes mais violentas, com taxas de homicídios por 100.000 habitantes de 136 e 111, respectivamente [23]. Para jovens homens brancos a taxa é de 72/100.000 habitantes.

Frente à média do país para esta violência, o Rio Grande do Sul (RS) possuía, em 2003, uma taxa de homicídios considerada não alta (13/100.000 habitantes). O

padrão comportamental dos homicídios no RS evidencia um fenômeno bastante peculiar: o crescimento das taxas nos municípios de porte médio (população >100.000 habitantes) [24]. Em Pelotas (RS) esta mesma taxa, em 2004, foi de 6,6/100.000 habitantes, sendo considerada uma das mais baixas do estado e do país para municípios com mais de 300 mil habitantes, revelando que este tipo de violência é decorrente de um conjunto de características mais prevalentes em grandes cidades, como: estilo de vida, iniqüidade/estrutura social, mercado de trabalho, estresse psíquico.

Outras formas de violência, que não culminam em morte, são mais prevalentes e, igualmente, importantes para uma série de agravos à saúde, à moral e ao patrimônio. As agressões, conceituadas como ato de ferir alguém fisicamente com ou sem uso de armas são freqüentes, causando danos físicos e emocionais que podem perdurar por um tempo e interferir no convívio social e na saúde em geral. Um estudo multicêntrico, realizado em oito cidades da América Latina, em 1996, constatou que 6% da população da cidade do Rio de Janeiro sofreram alguma agressão física, isto é, foi vítima de uso de força física com o intuito de causar dano [7]. Outro estudo, realizado em uma cidade do interior de São Paulo, objetivou caracterizar as vítimas por agressões com lesões corporais somente e constatou que os sujeitos menos favorecidos economicamente possuíam um risco três vezes maior de serem agredidos que os indivíduos mais ricos [25]. Os dados para o RS são também preocupantes. Segundo o Ministério da Justiça, cerca de 20% das lesões corporais no Brasil ocorreram no RS em 2004. Pelotas, uma das dez maiores cidades do RS, possui uma das mais altas taxas nacionais para lesões corporais notificadas – 859/100.000 habitantes (ANEXO 2).

Além das agressões, os roubos/assaltos e furtos não são menos danosos ao bem-estar dos indivíduos. Em 2005, o governo brasileiro divulgou que a chance de um cidadão ser vítima de roubo foi 23 vezes maior do que ser vítima de homicídio doloso

[26]. Importa ressaltar que a diferença entre furto e roubo é o fato de o primeiro ocorrer sem o uso de violência e, muitas vezes, sem que a vítima perceba. Sabe-se que as vítimas mais freqüentes de furto são os indivíduos brancos, de sexo feminino, mais escolarizados e com melhores condições econômicas [27]. Assim como o roubo, o furto também ocorre com maior freqüência entre a população jovem (13 a 24 anos). Somados às perdas materiais, os furtos e roubos também podem causar às vítimas prejuízos em seu bem-estar. Os vitimados podem vir a desenvolver transtornos de ansiedade em decorrência da situação traumática vivenciada pela violência [3]. Mesmo que não o desenvolvam, uma mudança de comportamento social pode ser decorrente da situação de ter sido vítima. Modificações no estilo de vida, como tomar cuidados com horários de deslocamento e lazer, usar trajes não chamativos, não portar jóias ou instalar grades e outros mecanismos de segurança na moradia são já comportamentos freqüentes na sociedade (em grandes e pequenas cidades), em função do medo da violência. A percepção de que a violência urbana existe e que pode afetar o indivíduo, leva a uma nova dinâmica de relações e comportamentos preventivos e até ao isolamento social [14].

Alguns trabalhos incorporam o roubo ou furto à residência na sua taxa de vitimização. No entanto, muitos pesquisadores não investigam esse delito devido à sua grande subnotificação, visto que o registro das ocorrências está vinculado ao tipo de objeto roubado. Conhecer o agressor e ter medo de vingança são fatores que influem na subnotificação dos roubos ou furtos às residências. Estudos sobre vitimização, realizados em São Paulo e Belo Horizonte, constataram a ocorrência de 12,0 e 5,3% de roubos ou furtos a residências, respectivamente [27,28]. Esse tipo de crime é notificado em locais onde as condições de vida são melhores, onde os domicílios possuem objetos de maior valor e, dessa forma, são mais rentáveis para os ladrões.

No período de janeiro de 2004 a dezembro de 2005, os roubos/assaltos a transeuntes e lesões corporais dolosas foram os crimes com maior número de vítimas e agressores no Brasil [29]. Uma investigação realizada em 1999, no Rio de Janeiro – cidade considerada violenta – mostrou que o roubo/assalto correspondeu à maior prevalência entre os tipos de violência urbana investigados nos últimos 12 meses, isto é, 8,4% dos 1.114 participantes haviam sido assaltados à mão armada [7]. Em Salvador (BA), essa prevalência foi maior, 22% da população havia sido assaltada em 1996 [7]. Como o roubo pressupõe na sua definição a apropriação de algo com o uso de violência ou ameaça à integridade do indivíduo, muitas vezes é referido leigamente como sinônimo de violência urbana. Se para os furtos são as mulheres as maiores vítimas, segundo Beato *et al.* os roubos ocorrem mais entre homens, geralmente, de cor branca e com maior escolaridade [27].

No Rio Grande do Sul há uma tendência de crescimento das taxas de roubo e furto em, praticamente, todos os municípios [24]. Entre os anos de 1997 e 2004 a taxa de roubo por 100.000 habitantes cresceu 93% no estado. Segundo Viapiana e Brunet (2004), dentre os 10 maiores municípios gaúchos em população, Pelotas destaca-se com um crescimento de 119,66% na taxa dessa modalidade de violência notificada. O furto foi a forma de violência que apresentou o maior crescimento no Rio Grande do Sul – 117% entre 1997-2004. As 10 maiores cidades no estado apresentam a mesma tendência para este tipo de crime, ou seja, cidades com maiores concentrações de pessoas na zona urbana disponibilizam de um numero maior de indivíduos alvos [24].

Embora os dados disponibilizados sobre violência no país não contemplem todos os atos violentos, é possível que os crimes contra o patrimônio (roubos e furtos à pessoa, roubos a veículo e extorsões mediante seqüestro) e os delitos envolvendo drogas (posse, uso e tráfico) tenham também aumentado [26]. Quando se compara os dados

secundários de diferentes tipos de violência percebe-se, por exemplo, que um mesmo local nem sempre possui todas as taxas elevadas. Em geral, o número de vítimas é superior ao de agressores em vários tipos de violência. Por exemplo, 309.000 vítimas registraram ocorrências em 2005, no Brasil, mas o número de agressores é de 257.000 para o mesmo ano. Embora um agressor possa lesar mais de uma pessoa, há também vítimas que não fazem registros dos delitos aos órgãos policiais. Os estudos sobre vitimização consideram a subnotificação e não evidenciam esta diferença.

Na pesquisa sobre vitimização realizada em Belo Horizonte, 22,4% da população relatou ter sofrido algum tipo de crime, mas este percentual não foi comparado ao total de ocorrências realizadas pelos entrevistados [27]. De acordo com a Secretaria Nacional de Segurança Pública: "A não compatibilidade do número de ocorrências, vítimas e agressores nos faz questionar qual a melhor informação para o planejamento de políticas de segurança pública" (p. 85) [29]. O mesmo questionamento se aplica às políticas de saúde públicas, que trabalham com esta questão.

O quadro a seguir resume as prevalências de violência urbana e de notificação, bem como os fatores a elas associados, encontrados em diversos estudos realizados em capitais e regiões metropolitanas do país.

**Quadro 2**. Resumo dos principais estudos de prevalência e fatores associados à vitimização por violência urbana. (ordenados por ano de publicação)

| Autor / Ano | Local | Recordatório | Amostra | Principais Resultados |
|---|---|---|---|---|
| PNAD-IBGE, 1988 | Rio de Janeiro e São Paulo | 12 meses | Acima de 15 anos | Vitimização Global – 6,4%<br>Roubo, assalto, furto – 5,9% |
| CPDOC – FGV/ISER, 1996 | Região metropolitana do Rio de Janeiro | 12 meses | Acima de 15 anos | Vitimização Global – 19,3%<br>Roubo/assalto – 10,2%<br>Furto – 8,2%<br>Subnotificação: 82% para furto/roubo; 77% para agressão. |
| OPS/ISER, 1997 | Região metropolitana do Rio de Janeiro | 12 meses | Acima de 15 anos | Furto – 196/100.000 hab.<br>(notificação: 17%)<br>Roubo – 122/100.000 hab. (notificação: 26%)<br>Agressão – 6% |
| Paulino MF, Hernandes AJ, 1996 | São Paulo | 5 anos | Indefinida | Furto – 16% mulheres de cor branca, com alta escolaridade e renda.<br>Assalto – 20% - principais vítimas são os mais jovens, homens brancos, solteiros com mais escolaridade e renda.<br>Roubo à residência – 12% - apenas 40% destes registrou ocorrência na polícia. |
| Cruz, MJ 1999 | Cali, Caracas, San Jose, San Salvador, Santiago, Rio de Janeiro, Salvador e Madrid | 12 meses | 18 – 70 anos | Vitimização global – 17%<br>Roubo/assalto – 8,4%<br>Agressão – 5,7%<br>Sexo masculino e menor idade foram fatores de risco para a violência. |
| Piquet-Carneiro, L 1999 | Região metropolitana de São Paulo | 6 meses | 16 – 70 anos | Vitimização Global – 3,6%<br>Roubo/assalto – 0,7%<br>Furto – 1,6%<br>Agressão – 0,5%<br>Ser religioso ativamente, ser criança e idoso foram fatores de proteção à violência. O consumo de álcool (de moderado a forte) foi fator de risco para vitimização por crimes violentos. |

Continuação **Quadro 2**. Resumo dos principais estudos de prevalência e fatores associados à vitimização por violência urbana. (ordenados por ano de publicação)

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Gianini, RJ et al., 1999 | São Paulo | 2 anos | Indefinida | Indivíduos solteiros e baixo nível econômico são grupos de risco para agressões. |
| Kahn, T et al. 2002 | 4 capitais - Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Vitória | 12 meses e 5 anos | Acima de 16 anos | 5 anos:<br>Vitimização Global – 5,1%<br>Roubo/assalto – 18%<br>Furto – 12%<br>Agressão – 8%<br>12 meses:<br>Vitimização Global – 35%<br>Maiores renda e escolaridade foram fatores de risco para vitimização.<br>Crimes contra a pessoa ocorrem próximo à residência; crimes contra o patrimônio em outras áreas. Indivíduos com maior renda e escolaridade notificam mais os crimes que foram vítimas. |
| Gawryszewski VP e Rodrigues SM, 2003 | São Paulo | 12 meses | Todas as faixas etárias | Taxas para mortes por causas externas: 71,5/100.000 hab.<br>Agressões – 40,3%<br>Arma de fogo – 70,8% |
| Beato, CF et al., 2005 | Belo Horizonte | 12 meses | Acima de 13 anos | Vitimização Global – 22,4%<br>Roubo/assalto – 8,9%<br>Furto – 13,9%<br>Roubo à residência – 5,3%<br>Agressão – 3,2%<br>Cor da pele branca e melhor nível econômico foram fatores de risco para furto, roubo e assalto e fator de proteção para agressão. |
| Chor, D e Lima, CRA, 2005 | Brasil | 12 meses | Todas as faixas etárias | Homens pretos e pardos morrem cerca de duas vezes mais por agressões do que brancos com taxas/100.000 hab. de 136, 111 e 72 respectivamente. |

Os dados publicados mostram, em resumo, que indicadores como renda, escolaridade, sexo e cor/raça se alteram em relação à prevalência de vitimização conforme os tipos de violência. Os indivíduos mais jovens, com menor escolaridade e menos favorecidos economicamente são vítimas mais freqüentes de violências como agressão, enquanto os com maior nível econômico e escolaridade e com idade acima de 15 anos são as maiores vítimas de roubo, assalto ou furto em grandes metrópoles ou em capitais.

## 3. Justificativa

Inexistem pesquisas publicadas, com rigor metodológico, sobre vitimização por violência urbana em cidades do interior do Brasil. Os trabalhos sobre o tema se referem às capitais e regiões metropolitanas. No estado do Rio Grande do Sul (RS) não há estudos científicos publicados sobre o tema, mesmo para as cidades consideradas violentas.

Pelotas é um município localizado no sul do RS e do país. É o terceiro município mais populoso do estado, com aproximadamente 350.000 habitantes, com uma densidade demográfica de 196,18 hab./km $^{2}$[2,30]. Em relação à violência urbana, em 2004, o município ocupou o 17º lugar no ranking do país em lesões corporais, com uma taxa de 859/100.000 habitantes [26]. Neste mesmo ano, a cidade apresentou uma taxa de 46,9/100.000 habitantes para tentativas de homicídio, estupros, atentados violentos ao pudor e torturas, localizando-se em 73º lugar entre todas as cidades com mais de 300.000 habitantes do Brasil. Estes dados são provenientes dos registros das vítimas e não representem a totalidade dos casos. Pelotas está entre as dez cidades do estado com maior população e com as maiores taxas (por 100.000 hab.) de dois tipos de violência – lesões corporais e delitos envolvendo drogas [26]. Não há dados coletados por inquéritos

populacionais sobre a vitimização por violência urbana e que possam estimar a subnotificação no município, nem em outros municípios de porte médio. De acordo com alguns trabalhos, o percentual de subnotificação pode chegar a 83% para os crimes de furto/roubo [13] e 77% para as agressões físicas [12].

Estudos epidemiológicos, de base populacional, que possam estimar a prevalência de violência sofrida pela população urbana tornam possível verificar a magnitude do fenômeno e suas tendências. A partir destes dados se torna factível, em parceria com as instituições de segurança, debater e traçar planos para enfrentar e prevenir a violência nos seus tipos mais freqüentes, considerando as características dos grupos vitimados.

# 4. Objetivos

## 4.1. Geral

Avaliar a prevalência de vitimização por violência urbana (roubo, furto, agressão e roubo/furto à residência) na população adulta (≥ 20 anos) residente na zona urbana, na cidade de Pelotas (RS).

## 4.2. Específicos

A) Descrever, dentre os tipos de violência urbana, os que mais vitimaram pessoas da população adulta do município nos últimos cinco anos e últimos 12 meses;

B) Investigar a prevalência de violência urbana global sofrida pela população adulta nos últimos cinco anos e últimos 12 meses e sua associação com as seguintes variáveis:

- Demográficas (sexo, idade e cor da pele);

- Socioeconômicas (classe econômica, escolaridade e situação conjugal).

C) Estimar a prevalência de notificações de vitimização à Polícia Civil.

D) Descrever os principais motivos de não notificação da(s) violência(s) sofrida(s).

# 5. Hipóteses

## 5.1. Hipótese principal

Aproximadamente 20% da população adulta, residente na área urbana do município, sofreram algum tipo de violência urbana nos últimos 12 meses e 40% nos últimos cinco anos.

## 5.2. Hipóteses secundárias

A) Indivíduos do sexo masculino, com idade entre 20 e 30 anos e pertencentes à classe econômica média e alta apresentarão maior risco de serem roubados e furtados;

B) Pertencer ao nível econômico mais baixo e ser de cor preta ou parda estará mais associado a ser vítima por agressões;

C) Os roubos ou furtos a domicílios notificados predominarão em residências de famílias com maior nível econômico;

D) Aproximadamente 80% dos furtos e roubos ou assaltos e 70% das agressões não serão notificados à polícia.

# 6. Marco Teórico e Modelo Teórico

Embora não haja consenso sobre as causas da violência urbana, muitos autores tentam explicá-la através de teorias biológicas e sociais [19,31]. Do ponto de vista biológico, a influência de doenças mentais na criminalidade é incontestável,

principalmente em casos como os de transtorno de personalidade anti-social e de esquizofrenia [31]. Neste âmbito, o foco recai no agressor, nas características das relações interpessoais e na história da humanidade. Em contraposição a esta visão, as teorias sociais defendem a idéia de que a violência urbana é um fenômeno social que não faz parte da natureza humana, ele é construído e valorizado socialmente. Para estas, alguns fatores sócio-históricos e culturais, como a pobreza, a miséria e a iniqüidade social constituem um campo altamente propício para a disseminação da violência, frente à urbanização acelerada, às fortes aspirações de consumo (em geral frustradas), às dificuldades no mercado de trabalho, ao culto ao machismo, ao individualismo e aos conflitos de valores [32-34]. A partir desta visão social, a violência é explicada pelas dinâmicas sociais e a culpabilidade não recai sobre o indivíduo.

Diante da importância para a vida cotidiana e da magnitude do fenômeno da violência urbana, há estudos que procuram descrever quem são as vítimas, enfocando outro ângulo da violência. Há poucos estudos sobre vitimização, principalmente, os que não privilegiam somente os homicídios. No entanto, os existentes apontam à associação entre a violência e variáveis demográficas como idade, sexo, raça, escolaridade e nível socioeconômico da vítima [7,23,26]. Os resultados mostram que os mais desfavorecidos economicamente, com menos anos de escolaridade, que são moradores das zonas periféricas das cidades são também os que mais sofrem agressões e homicídios. Segundo Gianini *et al.* isso se explica por estes indivíduos estarem emocionalmente submetidos a uma condição de vida que resulta em "autonomia limitada, nível de responsabilidade diminuído, autocontrole precário e maior exposição a diversos fatores de risco" (p. 185) [25]. Contrariamente, os indivíduos com maior escolaridade (ensino médio e superior) e melhores condições socioeconômicas são mais vitimados pelos

roubos e assaltos por possuírem mais bens e garantirem um lucro maior (valor) aos criminosos.

Além dessas características, a literatura sobre vitimização tem mostrado que pessoas sem companheiro apresentam um risco maior de sofrer violência [23], visto que estes indivíduos tendem a sair mais à noite e a possuírem mais hábitos solitários. No que se refere à idade, entre os jovens de 15 a 29 anos há os maiores índices de vitimização por causas violentas nas zonas urbanas [22]. Segundo a literatura os jovens também se expõem mais a fatores de risco para a vitimização, tais como o abuso de bebidas alcoólicas, hábitos noturnos e despreocupação com sua própria proteção.

São vários os determinantes sociais demonstrados para a violência juvenil [8]. Os dados sobre o tema têm ressaltado que os jovens homens, além de vítimas, são também os maiores responsáveis por atos violentos [2,7,16]. Culturalmente, alguns comportamentos violentos desferidos contra outros podem ser legitimados como padrão de virilidade masculina – qualificando o ato violento como força física, coragem, tenacidade e, ainda, se constituindo em uma forma de identidade social essencialmente masculina [35].

O estudo da UNESCO, que analisou juventude e violência no contexto brasileiro durante os anos 1993 a 2002, sugere que os jovens estão mais expostos a diversos fatores de risco e se envolvem mais em comportamentos arriscados do que os adultos [8]. Entre os fatores de risco citados destacam-se: (a) resultados acadêmicos inferiores aos de jovens de outros países da América Latina; (b) as altas taxas de desemprego; (c) maior combinação de trabalho e estudo (comparado a outros países latino-americanos); (d) trabalho sem registro no Ministério do Trabalho ou sem remuneração entre as idades de 15-19 anos.

Outros fatores que incrementam as possibilidades de indivíduos, de várias idades, serem vítimas de crime violento incluem: baixa renda, não ser religioso

(praticante), usar transporte público, consumir álcool e morar em locais com vizinhança violenta [36]. Pessoas alcoolizadas são vítimas fáceis, por estarem com seus reflexos diminuídos e possuírem menor capacidade de reagir à violência. Por outro lado, por seu estado de consciência estar alterado se envolvem com maior facilidade em discussões e brigas.

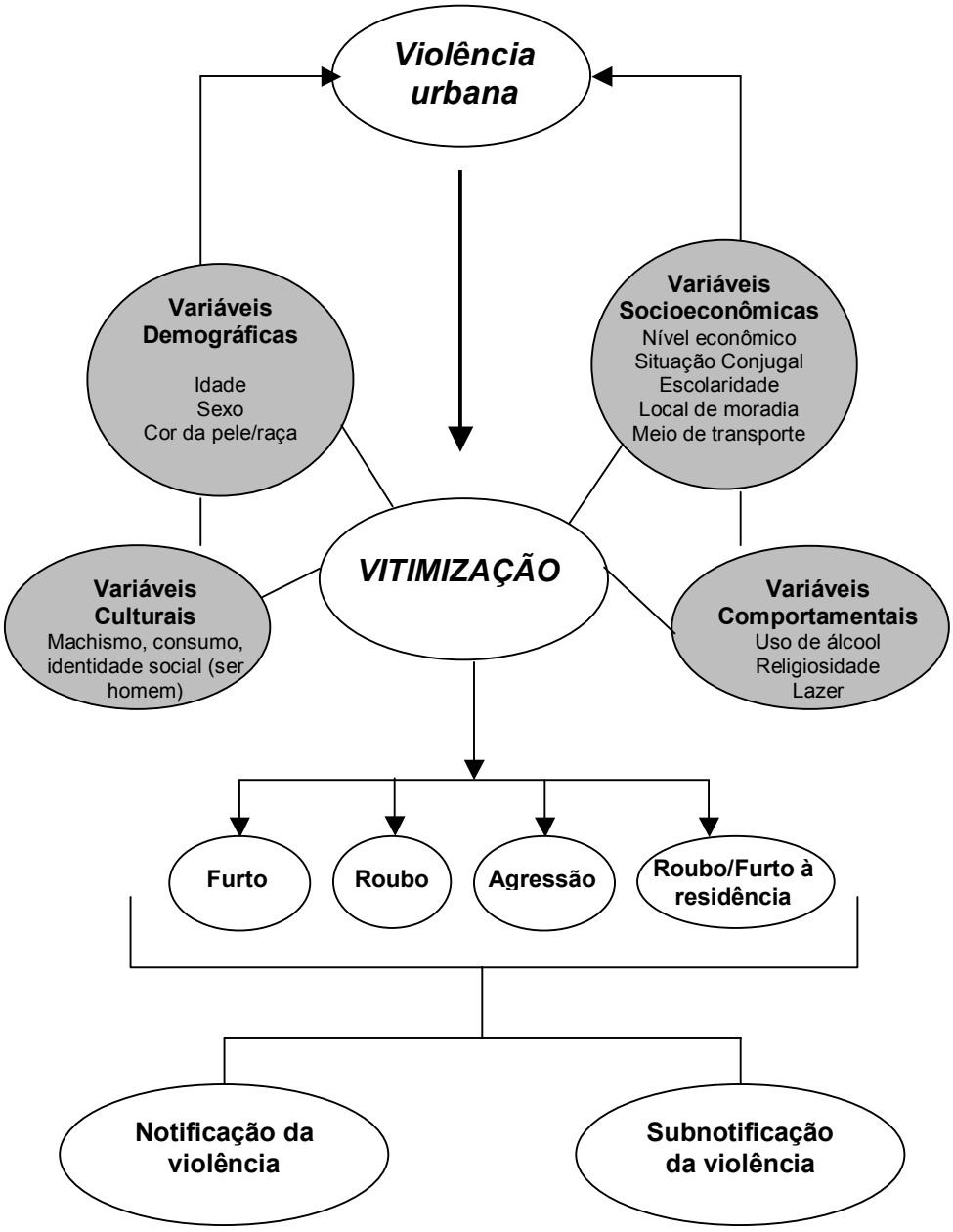
Indivíduos que utilizam transporte coletivo, principalmente à noite, têm menor proteção se comparados aos que circulam de carro, uma vez que estes últimos têm menos contato com desconhecidos e estão mais resguardados no interior de seus veículos. Porém, os que estão em veículos são os que podem ter seus carros roubados ou serem assaltados em zonas menos protegidas das cidades. Do mesmo modo, como citado, morar em locais violentos está associado à vitimização por crimes violentos – moradores de locais menos urbanizados, nas periferias das cidades, são vítimas freqüentes de crimes mais violentos, refletindo a imposição de outra forma de ordem e controle social.

Os valores e os comportamentos disseminados por algumas religiões podem proteger os indivíduos da violência. Isto é, pessoas religiosas sofrem menos crimes violentos porque tendem a não se envolver em brigas e, geralmente, seu lazer e convivência está mais restrito a casa e à família.

Os negros estão mais expostos à vitimização devido às suas condições sócio-econômicas – no Brasil, a maior parte da população pobre é negra ou parda. As mortes por homicídios ocorrem em 93% dos casos com homens de raça negra "com vitimização 63% superior que a população geral e 74% superior entre os jovens" (p.7) [23].

A Figura 1 representa o modelo teórico e demonstra as categorias e variáveis encontradas na literatura sobre vitimização por violência urbana e suas inter-relações.

**Figura 1. Modelo teórico para vitimização por violência urbana.**




A literatura encontrada baseia-se em estudos realizados em grandes cidades e o modelo acima destaca as inter-relações existentes nestes trabalhos. Contudo, estudos realizados em cidades do interior podem vir a demarcar categorias de variáveis ou variáveis que demonstrem novas relações na determinação da vitimização por violência urbana.

# 7. Metodologia

## 7.1. Justificativa do Delineamento

Um estudo com delineamento transversal e de base populacional permite estimar a prevalência da violência urbana que afeta a população. As informações sobre violência dão maior ênfase aos registros de homicídios, que são formas extremas de violência. No entanto, muitas vítimas de roubos, assaltos ou agressões não fazem registro da violência sofrida nos órgãos competentes, como a Polícia Civil (ANEXO 3).

Considerando que as observações serão fornecidas pelos adultos entrevistados, o estudo de base populacional poderá indicar um percentual de violência urbana mais próximo da realidade do município. Neste sentido, um estudo transversal poderá também dimensionar o percentual do sub-registro da violência urbana ocorrida no município de Pelotas.

Com uma estimativa mais fidedigna da distribuição da vitimização por violência urbana, poder-se-á esclarecer a dimensão local da violência às instituições de segurança, além de se traçar planos eficazes de prevenção para a cidade. Os inquéritos sobre vitimização não permitem somente um retrato mais apurado dos atos criminais frente às subnotificações dos registros oficiais, mas possibilitam uma estimativa do crime que também não foi controlado [37]. Além disso, podem focar nos fatores que levam à subnotificação, como os prejuízos sofridos (em especial, o financeiro) [15].

## 7.2. População-alvo

Adultos com idade igual ou superior a 20 anos, residentes na zona urbana da cidade de Pelotas/RS.

## 7.3. Amostragem

Cada mestrando participante do consórcio de pesquisa realizou cálculos de tamanho de amostra que atendessem aos objetivos de seus projetos. Com a finalidade de facilitar a logística do trabalho de campo, além de diminuir os custos deste processo, optou-se por utilizar uma amostra por conglomerados. Para a definição dos conglomerados, foi utilizada a grade de setores censitários do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2000.

## 7.4. Critérios de inclusão

Indivíduos com 20 ou mais anos de idade, residentes na zona urbana da cidade de Pelotas/RS.

## 7.5. Critérios de exclusão

Serão excluídos do estudo os indivíduos institucionalizados (asilos e prisões), além daqueles que possuem incapacidades físicas ou mentais que os impeçam de responder ao questionário.

## 7.6. Cálculo do tamanho da amostra

Os cálculos a seguir apresentarão o tamanho de amostra necessário ao estudo do desfecho de menor prevalência esperada: vitimização global por violência urbana no último ano.

**a) Determinação da prevalência de vitimização global por violência urbana no último ano**

Prevalência estimada: 20%

Erro aceitável: três pontos percentuais

Nível de confiança: 95%

Número de pessoas: 682

Acréscimo para perdas e recusas: + 10% = 759

Efeito do delineamento: 3,0

Amostra necessária: 2.277 indivíduos

**b) Estudo de associação entre vitimização global por violência urbana no último ano e as diversas exposições**

Para os cálculos demonstrados no Quadro 3, foram utilizados um nível de confiança de 95% e poder estatístico de 80%. Na amostra final há o acréscimo de 10% para perdas e recusas e 15% para controle de fatores de confusão, considerando um efeito de delineamento de 3,0.

**Quadro 3**. Cálculo do tamanho de amostra para o estudo de associação entre as diversas exposições e a vitimização global por violência urbana no último ano.

| Exposição | Razão Não-exposto Exposto | Risco Relativo | Freqüência Grupo Não-exposto | Total | Amostra Final |
|---|---|---|---|---|---|
| **Escolaridade** | | | | | |
| ***Alta*** | 85:15 | 2,0 | 15 % | 527 | *2001* |
| **Idade** | | | | | |
| ***20-29 anos*** | 80:20 | 2,0 | 15 % | 390 | *1481* |
| **Nível econômico** | | | | | |
| ***Alto*** | 76:24 | 2,0 | 13 % | 413 | *1568* |
| **Sexo** | | | | | |
| ***Masculino*** | 50:50 | 2,0 | 15 % | 266 | *1010* |
| **Cor da pele** | | | | | |
| ***Branca*** | 20:80 | 2,0 | 17 % | 335 | *1272* |
| **Situação Conjugal** | | | | | |
| ***Sem companheiro*** | 61:39 | 2,0 | 17 % | 233 | *885* |

## 7.7. Variáveis a serem estudadas

### 7.7.1 Desfechos

Vitimização por violência urbana global e por furtos, roubos, agressões e furto/roubo à residência. Notificação dos crimes sofridos às autoridades policiais.

A vitimização respeitará os seguintes critérios de definição das variáveis que a compõem:

*1)* ***Agressão****:* ato de ferir fisicamente alguém, com ou sem o uso de armas.

*2)* ***Roubo ou assalto****:* ato de apropriação de bens alheios, mediante uso de violência, através de ato físico ou ameaça à integridade do indivíduo.

*3)* ***Furto****:* ato de apropriação de bens alheios sem o uso da violência estando a vítima presente ou não no momento da ocorrência.

*4)* ***Roubo ou furto à residência****:* ato de apropriação de bens alheios que estejam na residência da vítima, estando ela presente ou não no domicílio no momento da ocorrência.

*5)* ***Vitimização global***: ter sofrido algum dos tipos de violência acima citados.

7.7.2. Variáveis independentes

São duas as categorias de variáveis independentes, as demográficas e as socioeconômicas.

- **Demográficas:** Idade; sexo e cor da pele.
- **Socioeconômicas:** nível econômico; escolaridade e situação conjugal.

O Quadro 4, a seguir, resume os dados das variáveis que serão coletadas e analisadas neste projeto.

**Quadro 4**. Variáveis independentes e dependentes e sua caracterização.

| *VARIÁVEL* | | | *DEFINIÇÃO* | *TIPO DE VARIÁVEL* |
|---|---|---|---|---|
| ***Independentes*** | ***Demográficas*** | **Idade** | Anos completos | Numérica |
| | | **Sexo** | Masculino e Feminino | Categórica binária |
| | | **Cor da pele** | Branca, Preta e Outra | Categórica |
| | ***Socioeconômicas*** | **Nível econômico (ABEP)** | Em cinco níveis (A, B, C, D e E) | Categórica ordinal |
| | | **Escolaridade** | Anos completos de estudo | Numérica |
| | | **Renda média do setor** | Média das rendas do setor | Numérica |
| | | **Situação Conjugal** | Com companheiro atual<br>Sem companheiro atual | Categórica |
| ***Dependentes*** | ***PARA OS ÚLTIMOS 12 MESES E 5 ANOS (EM PELOTAS):*** | | | |
| | **Agressão**<br>**Número de vezes** | | Foi agredido fisicamente por alguém<br>Quantas vezes | Categórica binária<br>Numérica |
| | **Roubo**<br>**Número de vezes** | | Foi roubado (sob ameaça ou violência)<br>Quantas vezes | Categórica binária<br>Numérica |
| | **Furto**<br>**Número de vezes** | | Foi furtado (sem ameaça ou violência)<br>Quantas vezes | Categórica binária<br>Numérica |
| | **Furto/Roubo à residência**<br>**Número de vezes** | | A sua residência foi roubada/furtada<br>Quantas vezes | Categórica binária<br>Numérica |
| | **Violência global** | | Ter sofrido algum dos tipos de violência | Categórica |
| | **Registro da vitimização** | | Ter notificado à polícia algum crime sofrido | Categórica |

## 7.8. Instrumento

Para medir a vitimização por violência urbana será utilizado um instrumento pré-testado contendo perguntas sobre a ocorrência de violência urbana sofrida – furto, roubo, furto/roubo à residência e agressão – nos 12 meses e nos últimos cinco anos anteriores à entrevista (ANEXO 4).

## 7.9. Estudo pré-piloto

Com o objetivo de testar o entendimento do instrumento, assim como investigar a prevalência dos desfechos estudados, foi realizado um estudo pré-piloto. Durante um turno de trabalho, 50 funcionários de diferentes níveis econômicos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET) foram entrevistados. Os resultados desse estudo mostraram uma prevalência de vitimização global por violência urbana de 20% e 40%, considerando o período recordatório de um e cinco anos, respectivamente. Estes resultados foram considerados para os cálculos de tamanho de amostra.

A percepção do pesquisador quanto ao entendimento das perguntas do instrumento foram fundamentais para a adequação do questionário à próxima fase da investigação (estudo-piloto).

## 7.10. Estudo-piloto

Um estudo-piloto será realizado com a finalidade de testar o instrumento e o manual de instruções em uma situação real de coleta de dados. Além disso, ele possibilitará uma visão da organização do trabalho de campo e do desempenho das entrevistadoras diante das situações reais de entrevista. O estudo-piloto será realizado em um setor censitário não selecionado para a amostragem deste estudo.

## 7.11. Seleção dos entrevistadores

Para a coleta dos dados serão selecionados entrevistadores do sexo feminino, com idade igual ou superior a 18 anos e com, no mínimo, o segundo grau completo. O processo de seleção contará com avaliação curricular, prova sobre o instrumento e seu manual de instruções, além de entrevista individual.

Os candidatos inicialmente selecionados participarão de um treinamento específico, o qual incluirá leitura, dramatização e discussão dos instrumentos a serem aplicados. Após o treinamento, os pré-selecionados participarão da última fase do processo de seleção, que consistirá na realização do estudo-piloto, sob a supervisão dos mestrandos.

## 7.12. Logística da coleta de dados

O levantamento de dados será realizado por meio de um trabalho de campo, o qual envolverá todos os mestrandos 2007 do Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Este se dará através de um consórcio, no qual serão utilizados questionários contendo questões que contemplam os temas de pesquisa de todos os mestrandos.

Cada mestrando será responsável por determinado número de setores censitários e se encarregará de semanalmente se reunir semanalmente com os entrevistadores, para esclarecimento de dúvidas, revisão dos questionários e controle do andamento do trabalho de campo.

Os entrevistadores visitarão os domicílios sorteados no processo de amostragem e entrevistarão todos os indivíduos que: (a) neles residam e (b) preencham os requisitos de inclusão na amostra. Serão agendadas novas entrevistas nos casos em que um ou mais indivíduos que deveriam ser entrevistados não se encontrem no local no momento

em que o domicílio foi procurado. Em média, os entrevistadores deverão completar três domicílios por dia.

Nos casos de recusa, serão realizadas mais tentativas de entrevista pelo entrevistador em diferentes dias e horários. Se esta persistir, uma última tentativa será de responsabilidade do mestrando supervisor do setor da recusa.

## 7.13. Controle de qualidade

Os questionários serão revisados atentamente pelos mestrandos a fim de que sejam detectadas possíveis falhas no seu preenchimento. Caso necessário, haverá o retorno imediato do entrevistador ao domicílio, para a confirmação das informações.

Serão selecionados aleatoriamente 10% dos domicílios incluídos na amostra, que serão revisitados para a verificação de possíveis erros ou respostas falsas.

## 7.14. Análise de consistência dos dados

Os dados coletados serão digitados duas vezes, com posterior comparação entre as digitações. Para a digitação dos dados será utilizado o *software* EPI-INFO versão 6.04, com checagem automática de amplitude e consistência. Com estas etapas pretende-se corrigir falhas que possam ter ocorrido durante a digitação e/ou na codificação. Ao final deste processo, o banco de dados estará pronto para ser analisado.

## 7.15. Análise dos dados

A análise dos dados será conduzida de acordo com os seguintes procedimentos:

- Análise descritiva exploratória dos dados (variáveis dependentes e variáveis independentes), com cálculo das medidas de tendência central e dispersão para as variáveis contínuas e proporções para as variáveis categóricas;

- Análise da relação entre o desfecho – vitimização por violência urbana global – e as variáveis independentes através dos testes Qui-quadrado para heterogeneidade e, quando aplicável, para tendência linear;

- Análise multivariável para a associação entre o desfecho vitimização por violência urbana global e as variáveis independentes, controlando para possíveis fatores de confusão através da Regressão de Poisson [38].

## 7.16. Aspectos éticos

O estudo será submetido à Comissão de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Os princípios éticos também serão resguardados aos entrevistados, através de: (1) obtenção do consentimento informado, por escrito; (2) garantia do direito de não-participação na pesquisa; e (3) sigilo acerca das informações fornecidas.

Os resultados do presente estudo serão divulgados das seguintes formas:

a. Apresentação do volume final da dissertação, necessária à obtenção do título de Mestre em Epidemiologia pelo Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da UFPel;

b. Sumário dos principais achados do estudo para a imprensa local;

c. Artigo(s) para publicação(s) em revista(s) científica(s) indexada(s) e com corpo editorial.

## 7.17. Financiamento

Este estudo será realizado com recursos do Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da UFPel e dos mestrandos da turma de 2007.

## 8. Cronograma das atividades

A duração do estudo deverá ser de, no máximo, 21 meses. A fase de coleta de dados deverá durar três meses. A análise e a redação do volume final deverão durar cerca de seis meses. A defesa da dissertação está programada para ocorrer até novembro de 2008.

| **Atividades** | **Meses/2007** | | | | | | | | | | **Meses/2008** | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** |
| Elaboração do projeto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Revisão da literatura | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estudo Piloto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Coleta dos dados | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Análise dos dados | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Redação do artigo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Defesa da dissertação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

## 9. Referências


1 Briceño-Leon R. Urban violence and public health in Latin América: a sociological explanatory framework. Cad Saúde Pública 2005; 21(6):1629-64.

2 Krug EG, Mercy JA, Dahlberg LL, Zwi AB. The world report on violence and health. Geneva: Elsevier 2002: 1083-8.

3 Icaza MMHM, Borges-Guimarães G, Lara C, Ramos-Lira L, Zambrano J, Fleiz-Bautista C. Prevalencia de sucesos violentos y de Trastorno por Estrés Postraumático en la población mexicana. Salud pública Méx 2005; 47(1):8-22.

4 Organização Panamericana de Saúde. Salud y violencia: plan de acción regional. Washington, DC: OPAS, 1993.

5 Organização Panamericana de Saúde. Resolución XIX: violencia y salud. Washington, DC: OPAS; 1993.

6 Kahn T. Os custos da violência: quanto se gasta ou se deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo. São Paulo perspec. 1999; 13(4):42-48.

7 Cruz MJ. La victimización por violencia urbana: niveles y factores asociados en ciudades de América Latina y España. Rev Panam Salud Publica 1999; 5(4/5):259-67.

8 Waiselfisz JJ. Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil. Brasil: UNESCO; 2004.

9 Minayo MCS, Sousa ER. Violência para todos. Cad Saúde Pública 1993; 9(1):67-78.

10 Gawryszewsky VP, Rodrigues EMS. The burden of injury in Brazil, 2003. São Paulo Med J. 2006; 124(4):208-13.

11 Minayo MCS. Violência como indicador de qualidade de vida. Acta paul. enferm 2000; 13(1):159-166.

12 CPDOC-FGV / ISER. Lei, Justiça e Cidadania - direitos, vitimização e cultura política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de janeiro; 1997.

13 Cano I, Sento-Sé JT, Ribeiro E. Mapeamento da criminalidade na área metropolitana do Rio de Janeiro, 1997. http://www.iets.org.br/article.php3?_article=550 (acessado em 31/jul/2007).

14 Del Olmo R. Ciudades duras y violencia urbana. Nueva Sociedad 2000; 167:74-86.

15 Kahn T, Besen J, Custódio RB. Pesquisa de vitimização 2002 e avaliação do plano de prevenção da violência urbana: ILANUD, FIA-USP, Gabinete de Segurança Institucional; 2002.

16 Buvinic M, Morrison A, Shifter M. La violencia en América Latina y el Caribe: un marco de referencia para la acción. Washington DC: Banco Interamericano de Desarrollo; 1999.

17 Concha-Eastman A. Medición de violencia: problemática conceptual y práctica. Conferencia internacional Crimen y violencia: causas y políticas de prevención. Bogotá: Banco Mundial, Universidad de los Andes; 2000.

18 Híjar-Medina M, López MV, Blanco-Muñoz J. La violencia y sus repercusiones en la salud: reflexiones teóricas y magnitud del problema en Mexico. Salud Pública Mex 1997; 39(7):565-72.

19 Minayo MCS. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. Cad Saúde Pública 1994; 10(1):07-18.

20 Minayo MCS. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde 2005;9-41.

21 Londoño JL, Guerrero R. Violência em América Latina – epidemiología y costos. Documento de Trabajo R-375. Washington DC: Banco Interamericano de Desarrollo, Red de centros de Investigación de la Oficina del Economista Jefe; 1999. http:\\www.iadb.org\oce (acessado em 25/Jun/2007).

22 Soares Filho AM, Souza MFM, Gazal-Carvalho C, Malta DC, Alencar AP, Silva MMA, Neto OLM. Análise da mortalidade por homicídios no Brasil. Epidemiologia e Serviços de Saúde 2007;16(1):7-18. http://www.portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/1artigo_mortalidade_homicidios.pdf (acessado em 05/Mai/2007).

23 Chor D, Lima CRA. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. Cad Saúde Pública 2005; 21(5):1586-94.

24 Viapiana LT, Brunet JFG. Padrões de criminalidade no Rio Grande do Sul. http://www. Seplag.rs.gov.br/uploads/Padroes_de_criminalidade_1997_2004_rev_2.pdf - de LT Viapiana (acessado em 07/Jun/2007).

25 Gianini RJ, Litvoc J, Neto JE. Agressão física e classe social. Rev Saúde Pública 1999; 33(2):180-6.

26 Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis. Setembro, 2006. http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/est_ocorrencia.htm(acessado em 05/Jun/2007).

27 Beato CF, Peixoto BT, Andrade MV. Crime, oportunidade e vitimização. Rev. bras. Ci. Soc. 2004; 19(55):73-89.

28 Paulino MF, Hernández AJ. Radiografia da vitimização em São Paulo. ILANUD 1998; 10:34-57.

29 Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Perfil das vítimas; 2006. http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/est_ocorrencia.htm (acesso em 13/Jun/2007).

30 IBGE. Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE; 2004. http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php (acessado em 13/Jun/2007).

31 Flores RZ. A biologia na violência. Ciênc. saúde coletiva 2002; 7(1):197-202.

32 Velho G. O desafio da violência. Estud. av. 2000; 14(39):56-60.

33 Adorno S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. Sociologias 2002; 4(8):84-135.

34 Costa MR. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? São Paulo Perspec.1999; 13(4):3-12.

35 Sant'Anna AR, Lopes MJM. Homicides among teenagers in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul State, Brazil: vulnerability, susceptibility, and gender cultures. Cad. Saúde Pública 2002; 18(6):1509-17.

36 Piquet-Carneiro L, Fajnzylber P. Determinantes do crime na América Latina: Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: USP; 1999. http://www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/download.php?recid=3155 (acessado em 05/jun/2007).

37 World Bank. Crime, Violence and Economic development in Brazil: Elements for Effective Public Policy. Report n° 36525; 2006. http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2007/06/20/000090341_20070620103207/Rendered/PDF/365250BR.pdf (acessado em 29/Mai/2007).

38 Barros AJ, Hirakata VN. Alternatives for logistic regression in cross-sectional studies: an empirical comparison of models that directly estimate the prevalence ratio. BMC Med Res Methodol 2003; 3:21. http:/www.biomedcentral.com/1471-2288/3/21 (acesso em 10/Jul/2007).

39 Souza ER. Processos e sistemas sobre métodos de informação em acidentes e violências no âmbito da saúde pública. In: Minayo MCS, Deslandes SF. Caminhos do pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2002: 255-73.

# ANEXOS

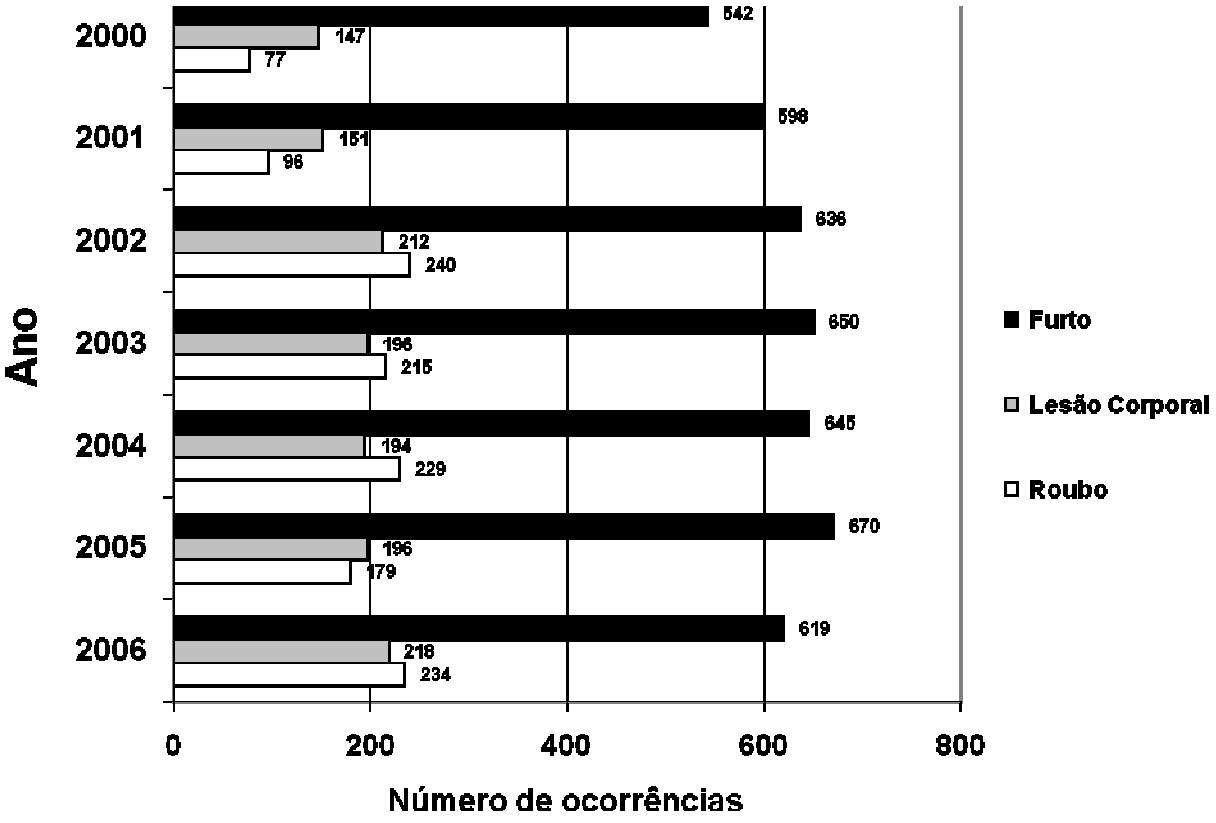
## ANEXO 1

**Classificação da violência conforme a Organização Panamericana de Saúde (2000).**

| Tipo | Motivação | Forma de expressão | Agressores mais freqüentes | Vítimas mais freqüentes |
|---|---|---|---|---|
| ***Interpessoal*** | a) dominação, controle, intimidação, vingança, dívidas, desacordos, desconhecida | a) doméstica, intrafamiliar: física, sexual, verbal, psicológica, privações, negligência | a) cônjuges homens, pais e mães, familiares, amigos, conhecidos | a) cônjuges mulheres, crianças, idosos, familiares |
| | b) emocional | b) brigas: feridas, homicídios | b) gangues, conhecidos | b) amigos, conhecidos |
| ***Urbana*** | a) obtenção de recursos econômicos | a) agressões ou homicídios em assaltos; roubos e seqüestros | a) gangues, delinqüentes | a) população em geral |
| | b) obtenção de recursos econômicos, exercício de poder e dominação | b) agressões, estupros, homicídios, seqüestros, comércio ilegal de drogas e armas | b) narcotraficantes, membros de grupos organizados, gangues juvenis | b) população em geral, líderes, membros de gangues. |
| ***Auto-infligida*** | a) econômica, emocional, enfermidade | a) suicídio ou tentativa de suicídio | a) a pessoa mesma: jovens, pessoas deprimidas, adultos com dificuldades financeiras, idosos, doentes terminais | |

**ANEXO 2**

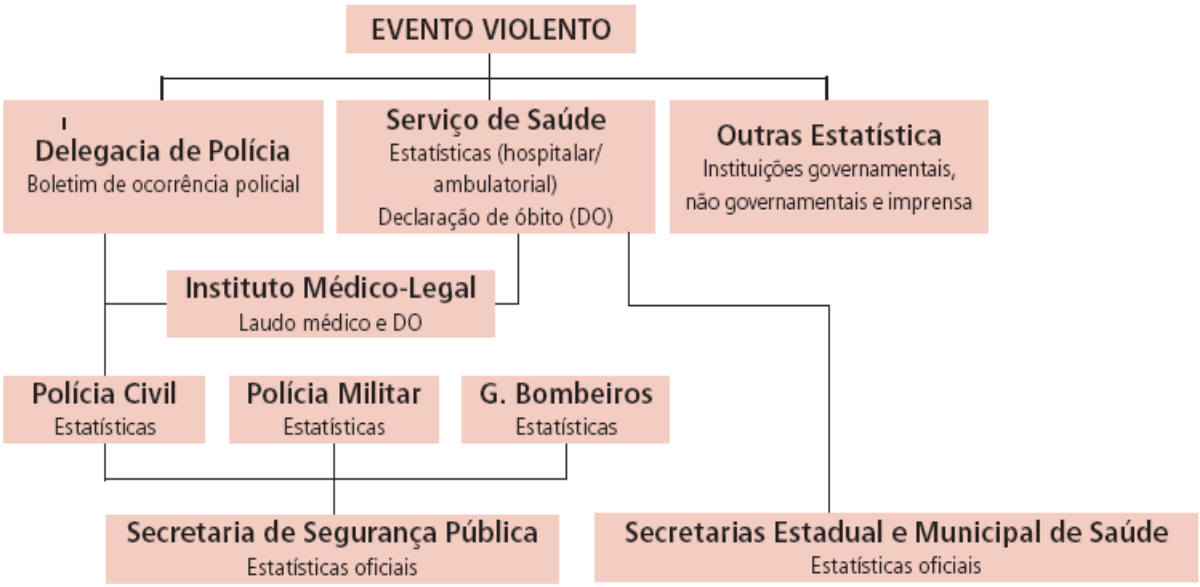
**Dados de violência de Pelotas (RS), série histórica de 2000-2006.**




Fonte: http://www.ciosp.gov.rs (acessado em 2 de agosto de 2007)

## ANEXO 3

**Principais fontes oficiais de informação sobre violência e acidentes no Brasil - encaminhamento dos eventos violentos[39]**



# RELATÓRIO DO TRABALHO DE CAMPO

# 1. Introdução

O Centro de Pesquisas Epidemiológicas (CPE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi criado em 1982, quando teve início o Estudo de Coorte de Nascimentos de 1982, tendo como investigadores Cesar Gomes Victora e Fernando Celso de Barros. Nesse contexto originou-se, em 1991, o Programa de Pós-graduação em Epidemiologia (PPGE), em nível de Mestrado e, em 1998, de Doutorado.

Atualmente, o PPGE/UFPel, possui desempenho equivalente aos mais importantes centros mundiais de pesquisa, tendo obtido o conceito máximo concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A turma de mestrandos 2007/2008 do PPGE/UFPel realizou um estudo transversal de base populacional, com o propósito de investigar diversas questões relacionadas à saúde e ao comportamento da população urbana do município de Pelotas/RS, no ano de 2007.

O trabalho foi conduzido sob a forma de consórcio de pesquisa formado pelos mestrandos, que consiste na realização conjunta e simultânea de diversos estudos por meio de um único instrumento, além de planejamento e execução em equipe. A realização conjunta do trabalho teve como finalidade minimizar custos e otimizar o tempo para coleta e análise dos dados. Diversos temas foram estudados neste consórcio: o uso de serviços médicos, oftalmológicos e odontológicos; problemas de saúde como hipertensão arterial, angina, sintomas articulares crônicos, incapacidade funcional e constipação; insegurança alimentar; e aspectos relacionados ao comportamento, como nível de atividade física, orientação à prática de atividade física, doação de sangue e violência urbana.

A coleta dos dados foi realizada no período de outubro de 2007 a janeiro de 2008. Coordenada por 14 mestrandos, a equipe de trabalho contou com 30 entrevistadoras, dois digitadores e uma secretária.

## 2. Instrumento e manual de instruções

### 2.1. Instrumento

A construção do questionário do consórcio se deu, primeiramente, de forma individual. Cada mestrando, sob a supervisão de seus orientadores, elaborou as perguntas acerca do seu tema de pesquisa. Em um segundo momento, todos os questionários individuais foram discutidos em grupo, sob orientação da regente da disciplina de Prática de Pesquisa III, com o propósito de identificar os problemas de cada questão e ordenar as mesmas no instrumento final.

Como a população-alvo foi quase a mesma para todos os trabalhos. Dois estudos foram exceções, pois estudavam adultos com mais de 40 anos e idosos (≥60 anos), Assim sendo, foram utilizados dois questionários para contemplar os objetivos de todos os alunos. Um questionário geral, aplicado a todos os adultos com mais de 20 anos de idade residentes no domicílio e outro questionário domiciliar, respondido pela dona-de-casa, preferencialmente.

O questionário geral continha 163 questões divididas em duas partes. As questões de interesse de todos, correspondentes à primeira parte, abarcavam as seguintes informações: nome, data de nascimento, sexo, idade, cor da pele, escolaridade e situação conjugal. Na segunda parte do instrumento constavam as questões de cada mestrando. O questionário domiciliar, com 27 questões ao todo, incluía as variáveis referentes à condição socioeconômica dos residentes no domicílio.

## 2.2. Manual de instruções

O manual de instruções dos instrumentos foi elaborado com o intuito de orientar as entrevistadoras sobre: 1) a abordagem aos entrevistados; 2) o preenchimento e a codificação e 3) as possíveis dúvidas que pudessem surgir durante o trabalho de campo.

Além disso, no manual havia instruções específicas para cada uma das questões, acompanhadas de exemplos práticos para facilitar o preenchimento do instrumento frente a situações inesperadas. Os exemplos baseavam-se também nas situações ocorridas nos estudos pré-pilotos (ver item 2.3).

As seções do manual de instruções e do questionário especificamente desenvolvidas para o presente projeto estão anexadas neste volume (ANEXO 1). Os documentos na íntegra estão disponibilizados no endereço eletrônico do PPGE/UFPel, qual seja: http://www.epidemio-ufpel.org/projetosdepesquisas/consórcio2007/index.php

## 2.3. Testagem do instrumento

A testagem do instrumento utilizado no estudo foi realizada em três momentos: dois estudos pré-piloto e um piloto. O primeiro estudo pré-piloto foi realizado por cada mestrando, individualmente, com a finalidade de testar o entendimento de suas questões específicas.

O pré-piloto desse estudo foi realizado em julho de 2007, no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), com 50 funcionários de vários setores. A escolha desse local se deu por dois motivos: a possibilidade de testar a compreensão do instrumento em uma população bastante heterogênea, formada por pessoas de nível econômico e escolaridade variados; e a utilização das prevalências encontradas para o cálculo do tamanho de amostra. Após a avaliação das questões e das opções de resposta

fornecidas pelos entrevistados, foram feitas pequenas adaptações no instrumento, postas à prova na etapa subseqüente, o segundo estudo pré-piloto.

Realizado de forma coletiva por todos os mestrandos, o segundo estudo pré-piloto visou testar a compreensão dos instrumentos geral (completo) e domiciliar. Este pré-piloto foi realizado no mês de setembro do mesmo ano, em um setor censitário escolhido convenientemente, onde houvesse moradores de diferentes faixas etárias e níveis econômicos. Esta escolha garantiu que os entrevistados representassem a população-alvo de todos os estudos, além de propiciar uma idéia da diversidade nas opções de resposta. Portanto, cada mestrando entrevistou três indivíduos e todas as dúvidas relacionadas à aplicação dos questionários (linguagem, formulação/entendimento e opções de resposta) foram discutidas e solucionadas posteriormente.

O terceiro passo na testagem dos instrumentos foi a realização do estudo-piloto propriamente dito, que além de ser a última testagem dos questionários, também teve o intuito de avaliar as candidatas a entrevistadoras. Nessa etapa, que ocorreu em outubro, foi selecionado um setor censitário não sorteado para participar da amostra do estudo.

# 3. Amostragem

## 3.1. Processo de amostragem

Após cada mestrando ter realizado o cálculo de tamanho amostral que atendesse aos objetivos gerais e específicos de seu estudo, verificou-se a necessidade de incluir um total de 1.400 domicílios na amostra populacional.

Para a definição da amostra foi utilizada a grade de setores censitários do censo de 2000, do IBGE. Optou-se por realizar uma amostra por conglomerados, a fim de simplificar a logística e diminuir os custos.

Com o intuito de reduzir ao máximo o efeito de delineamento, os alunos acordaram em amostrar 11 domicílios em cada setor selecionado. Assim, dividiu-se o número de domicílios necessários para a amostra (1.400) pelo número de domicílios a serem visitados em cada setor (11), resultando em aproximadamente 127 setores censitários. Para que o número de setores a serem supervisionados por cada mestrando fosse igual, um setor foi excluído, totalizando 126 setores censitários a serem estudados.

A seguir, foram listados os 404 setores domiciliares em ordem decrescente de renda média do chefe da família, de acordo com os dados do IBGE. O número total de domicílios da zona urbana da cidade (92.407) foi dividido pelo número de setores a serem visitados (126), de forma a se obter o intervalo para a seleção sistemática dos setores, respeitando-se a probabilidade proporcional ao tamanho (intervalo igual a 733). Logo, foi selecionado aleatoriamente um número entre 1 e 733, para determinar o primeiro setor a ser incluído na amostra. Foi sorteado o número 196, ou seja, o setor incluído na amostra foi aquele que continha o 196° domicílio. Os setores subseqüentes foram escolhidos pela adição de 733, até o final da lista.

Devido ao possível aumento no número de domicílios, comparado ao ano de 2000, foi realizada uma atualização, por meio de uma contagem do número de domicílios em cada setor que compunha a amostra. Nos casos em que houve aumento ou redução considerável em relação ao Censo Demográfico do IBGE e para se manter a representatividade amostral, foram selecionados mais ou menos de 11 domicílios.

O total atualizado de domicílios de cada setor selecionado foi dividido pelo número total de domicílios que se pretendia visitar em cada setor (11), de modo a se obter o número do "pulo" (169). De posse da listagem de domicílios elegíveis em cada setor (excluindo-se aqueles desabitados ou exclusivamente comerciais), sorteou-se um domicílio inicial e, a partir desse, foi somado o valor do pulo para selecionar os demais

até o término da lista. Estimou-se um total de 1522 domicílios a serem visitados, correspondendo a 3.180 indivíduos incluídos no estudo.

## 3.2. Reconhecimento dos setores censitários

Após o sorteio dos 126 setores, foi feito o processo de reconhecimento ("bateção"), a fim de atualizar o número de domicílios disponibilizados pelo Censo 2000, do IBGE. Esse processo foi realizado pelas candidatas a entrevistadoras, que enumeraram as residências habitadas, as desocupadas e os endereços exclusivamente comerciais. Cada mestrando supervisionou o trabalho de duas batedoras e, para controle de qualidade, refez a "bateção" em pelo menos um quarteirão de cada setor. As residências desabitadas ou os estabelecimentos comerciais foram excluídos do processo de amostragem.

## 3.3. Reconhecimento dos domicílios

O reconhecimento dos domicílios sorteados foi feito pelos mestrandos, através de visita que também teve como objetivo apresentar o estudo, solicitar a participação dos moradores da residência e esclarecer possíveis dúvidas sobre o trabalho. O mestrando estava identificado por um crachá do Centro de Pesquisas Epidemiológicas (CPE) e portava uma carta de apresentação (ANEXO 2). Na carta contavam explicações sobre a pesquisa e a indicação de um telefone para contato e dúvidas. Quando os moradores não se encontravam na residência, as cartas eram deixadas na caixa do correio ou entregues aos vizinhos mais próximos.

Nestas visitas foram coletadas informações sobre os moradores elegíveis para o estudo, dentre elas: sexo, nome, idade e número(s) de telefone(s). O contato inicial dos

pesquisadores com os participantes da pesquisa foi de grande importância, uma vez que avalizou a seriedade do trabalho e os estimulou a participar.

# 4. Recrutamento, treinamento e seleção de pessoal

## 4.1. Seleção da secretária de pesquisa

Foi contratada uma secretária, para distribuir o material de pesquisa às entrevistadoras, receber os questionários preenchidos, organizá-los em lotes e efetuar pagamento das entrevistas. A seleção foi realizada após entrevistas individuais das candidatas e consenso entre os mestrandos. Todas as candidatas foram indicadas por pesquisadores do CPE.

## 4.2. Recrutamento, seleção e treinamento das "batedoras"

Para o recrutamento das "batedoras" foi realizado um processo seletivo aberto, com divulgação através de cartazes afixados em diversos locais, como UFPel, Universidade Católica de Pelotas e CEFET. Também foram contatadas pessoas indicadas pelo PPGE/UFPel, que haviam trabalhado em pesquisas anteriormente.

Foram conduzidas entrevistas grupais com as candidatas e os pré-requisitos para a seleção foram: ter segundo grau completo, experiência prévia em pesquisa e disponibilidade de tempo.

As selecionadas participaram de um treinamento efetuado pelos mestrandos. Aquelas que preencheram os requisitos necessários foram selecionadas.

## 4.3. Recrutamento e seleção das entrevistadoras

Foi realizado um novo processo de divulgação da seleção para entrevistadora, utilizando a mesma estratégia da seleção para "batedora". As interessadas preencheram uma ficha de inscrição na secretaria do CPE. Os critérios utilizados para a seleção foram:

- Sexo feminino;
- Idade igual ou superior a 18 anos;
- Ter, no mínimo, segundo grau completo;
- Disponibilidade de 40 horas semanais;
- Disponibilidade aos finais de semana;
- Participar de todo o treinamento.

## 4.4. Treinamento das entrevistadoras

O treinamento das entrevistadoras teve uma duração total de 40 horas e foi realizado entre os dias 15 e 19 de outubro de 2007, no auditório da Faculdade de Medicina da UFPel.

Foi ministrada uma aula introdutória, onde foram apresentados o sistema de consórcio do PPGE e os profissionais envolvidos na pesquisa. Também, neste primeiro encontro, foram esclarecidas a remuneração, a carga horária, as situações comuns que se apresentam em um trabalho de campo e a postura recomendada perante elas.

O questionário foi apresentado seccionado em temas, seguindo sua estrutura montada em blocos. À medida que ele era apresentado se fazia a leitura do manual de instruções. Cada mestrando apresentou a sua parte do instrumento às entrevistadoras e discutiu suas dúvidas. Para melhor entendimento do trabalho, foram realizadas dramatizações – cada entrevistadora entrevistava uma colega, simulando a situação real

do campo. Ao fim do dia, as entrevistadoras tinham como tarefas ler a parte do manual de instruções relativa ao que foi apresentado e entrevistar algum parente ou vizinho. As dúvidas surgidas com a aplicação do questionário fomentaram as discussões dos dias subseqüentes.

No último dia de treinamento, as candidatas foram submetidas a duas avaliações, uma teórica e outra prática. A prova teórica, com 20 questões, versava sobre os conteúdos abordados durante o treinamento. A avaliação prática consistiu na realização do estudo-piloto, em que as candidatas desempenharam uma entrevista completa sob supervisão dos mestrandos. Ao fim desse processo, 30 candidatas foram contratadas e as demais foram nomeadas suplentes.

### 4.5. Seleção dos digitadores

Foram contratados, sem processo de seleção, dois digitadores indicados por outros profissionais do CPE, ambos com ótimas referências e experiência.

## 5. Logística do trabalho de campo

### 5.1. Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada no período entre 23 de outubro de 2007 e 15 de janeiro de 2008. Neste período houve ampla divulgação do estudo na mídia local, por meio de reportagens em jornal, rádio e televisão.

As entrevistadoras apresentavam-se nos domicílios portando um crachá, uma carta de apresentação e o material de pesquisa (questionários, manual de instruções, prancheta, lápis e borracha).

As entrevistas foram realizadas individualmente, ou seja, todos os moradores com idade igual ou superior a 20 anos foram inquiridos. O instrumento domiciliar era

aplicado a apenas um morador, preferencialmente à dona-de-casa. As entrevistadoras foram orientadas a utilizar o manual de instruções em caso de dúvida, mesmo durante a entrevista.

As atividades diárias do consórcio – como entrega de material, pagamento às entrevistadoras e recebimento dos questionários foram centralizadas em uma única sala, no CPE.

Uma escala de plantões dos mestrandos foi montada para o trabalho semanal. Desta forma, as entrevistadoras podiam contar com um supervisor para solucionar os problemas mais urgentes.

Ao longo do trabalho de campo, cada mestrando se reunia semanalmente com as entrevistadoras pelas quais era responsável, para avaliar o andamento do trabalho. Foram ainda realizadas reuniões semanais entre os mestrandos e a coordenadora do consórcio, com o intuito de discutir problemas surgidos no campo.

## 5.2. Codificação e revisão dos questionários

Semanalmente, cada entrevistadora entregava os questionários preenchidos e devidamente codificados ao seu supervisor. A revisão dos questionários era realizada em duas fases. Na primeira, os supervisores procuravam erros de codificação e inconsistências assim que os questionários eram entregues pelas entrevistadoras. Se os questionários estivessem devidamente preenchidos, eram organizados em lotes para que os demais mestrandos tivessem acesso a eles. Depois que cada lote era completado (50 questionários), era liberado para revisão e cada mestrando tinha o prazo de uma semana para codificar suas próprias questões, antes que fossem entregues para digitação. Qualquer problema ou dúvida com relação a algum questionário era anotado(a) pela secretária e resolvido(a) pelo mestrando antes de o lote ir para digitação.

## 5.3. Digitação e processamento dos dados

A digitação dos dados ocorreu concomitantemente à coleta e foi encerrada no dia 05 de fevereiro de 2008. Os dados foram duplamente digitados, por dois digitadores, através do programa Epi-Info 6.04d. A verificação dos erros foi feita através do comando *validate*, do mesmo programa. Se algum erro fosse encontrado, o questionário era devolvido para que mestrando tomasse as devidas providências. Em geral, os erros se deveram à codificação errônea do questionário e rapidamente foram solucionados.

## 5.4. Controle de qualidade

A qualidade dos dados foi assegurada por um conjunto de medidas, adotadas previamente ao trabalho de campo e durante a realização do mesmo. Antes do início do trabalho de campo os cuidados com a preparação e a testagem dos questionários, a elaboração de um manual detalhado e o treinamento intensivo das entrevistadoras foram importantes para a obtenção de informações confiáveis.

Somado a isso, foi feito um rigoroso controle de qualidade das entrevistas, no decorrer do campo. Cada mestrando revisitou 10% dos indivíduos selecionados, e aplicou uma forma reduzida do mesmo questionário, a qual continha 20 perguntas, sendo 14 delas referentes aos temas pesquisados. Este método possibilitou avaliar a confiabilidade do trabalho das entrevistadoras e verificar a concordância de cada estudo, através da estatística Kappa.

Pelo fato de alguns estudos utilizarem as variáveis peso e altura auto-referidos, os indivíduos sorteados para participarem do controle de qualidade também foram medidos e pesados, a fim de se validar essas medidas.

Um sub-estudo sobre hipertensão arterial revisitou todos os indivíduos entrevistados que apresentavam hipertensão e que não estavam sendo medicados. Com

base nessas revisitas, detectou-se uma fraude em cinco questionários aplicados pela mesma entrevistadora em indivíduos da mesma família. Por se tratar de uma situação isolada, optou-se por excluir esses indivíduos e a entrevistadora do estudo.

## 6. Exclusões, perdas e recusas

Foram considerados perdas todos os indivíduos que receberam três visitas das entrevistadoras e ao menos uma do supervisor e não foram encontrados no domicílio, ou que faleceram após a entrega da carta de apresentação do estudo.

As perdas foram ocasionadas principalmente por não localização do morador da residência, mudança de endereço e viagem sem previsão de retorno.

Os indivíduos que se negaram a receber a entrevistadora ou a responder o questionário, após três tentativas das entrevistadoras e no mínimo uma dos supervisores, foram considerados recusas. Também foram consideradas recusas as pessoas que não aceitaram participar do estudo no primeiro contato, feito pelos mestrandos. As recusas tiveram como motivos opção pessoal e alegação de falta de tempo para responder o questionário.

Considerando todas as situações, do total de 3.180 adultos elegíveis para o estudo, 2.986 foram entrevistados, havendo 6,1% de perdas/recusas.

## 7. Orçamento da pesquisa

O orçamento final do estudo foi de R$ 50.247,78. Os recursos foram financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP) e pelos mestrandos. A Tabela 1 apresenta uma descrição da origem dos recursos utilizados no trabalho de pesquisa. A Tabela 2 apresenta uma relação completa dos gastos com o trabalho de pesquisa.

**Tabela 1**: Descrição da origem dos recursos financeiros obtidos para a realização do Consórcio de Pesquisa 2007/2008. PPGE/Pelotas, 2008.

| **Fonte de recursos financeiros** | **Receita (R$)** |
|---|---|
| Mestrandos do PPGE/UFPel | 20.247,78 |
| CAPES/PROAP | 30.000,00 |
| **Total** | **50.247,78** |

**Tabela 2**: Gastos com a execução do Consórcio de Pesquisa 2007/2008. PPGE/Pelotas, 2008.

| **Item** | **Valor (R$)** |
|---|---|
| Vales-transporte | 9.945,00 |
| Processo de treinamento das entrevistadoras | 1.542,53 |
| Papel para impressão | 2.200,00 |
| Impressão de questionários | 2.720,00 |
| Impressão de manuais de instruções | 190,00 |
| Materiais de escritório | 291,25 |
| Cartões telefônicos | 595,00 |
| Pagamento das auxiliares de pesquisa | 3.860,00 |
| Pagamento de entrevistadoras | 24.104,00 |
| Pagamento da secretária de pesquisa | 3.200,00 |
| Pagamento dos digitadores | 1.600,00 |
| **Total** | **50.247,78** |

# ANEXOS

**ANEXO 1 – Instrumento**

| **AGORA VAMOS FALAR SOBRE VIOLÊNCIA COMETIDA CONTRA O(A) SR.(A) AQUI EM PELOTAS** | | |
|---|---|---|
| A143) **Desde <mês> do ano de 2002, alguém lhe roubou algum objeto de valor na rua ou entrou na sua casa e roubou algo ou lhe agrediu fisicamente?**<br>(0) Não → *Pule para a pergunta A153*<br>(1) Sim<br>(9) IGN → *Pule para a pergunta A153* | | *RVIO5* ___ |
| **EU VOU LER ALGUNS TIPOS DE VIOLÊNCIA E GOSTARIA DE SABER DE QUAL DELAS O(A) SR,(A) FOI VÍTIMA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS EM PELOTAS, OU SEJA, DESDE <*mês*> DE 2002.** | | |
| A144) **Considere que roubo à residência é quando alguém entra na casa ou no pátio e rouba alguma coisa. O(a) Sr.(a) teve sua casa roubada?**<br>(0) Não → Pule para a pergunta A151<br>(1) Sim → Se sim, **Quantas vezes**? __ __ vezes (88)NSA<br>(99) IGN | A145) **Quantos desses roubos à casa ocorreram desde <*mês*> de 2006?**<br>__ __ roubo à casa<br>(88)NSA<br>(99) IGN | *RRCASA* ___<br>*RQRCAS* ___<br>___<br>*RRCANO* ___<br>___ |
| A146) **Considere que furto é quando alguém rouba alguma coisa da gente <u>sem</u> ameaça ou violência. O(a) Sr.(a) foi furtado(a)?**<br>(0) Não → Pule para a pergunta A145<br>(1) Sim → Se sim, **Quantas vezes**? __ __ vezes (88)NSA<br>(99) IGN | A147) **Quantos desses furtos ocorreram desde <*mês*> de 2006 até hoje?**<br>__ __ furtos<br>(88) NSA<br>(99) IGN | *RFURTO* ___<br>*RQFURT* ___<br>___<br>*RQFANO* ___<br>___ |
| A148) **Considere que roubo é quando alguém rouba alguma coisa da gente, <u>com</u> ameaça ou violência. O(a) Sr.(a) foi roubado(a)?**<br>(0) Não → Pule para a pergunta A147<br>(1) Sim → Se sim, **Quantas vezes**? __ __ vezes (88)NSA<br>(99) IGN | A149) **Quantos desses roubos ocorreram desde <*mês*> de 2006?**<br>__ __ roubos<br>(88) NSA<br>(99) IGN | *RROUBO*<br>___<br>*RQROUB*<br>___ ___<br>*RQRANO* ___<br>___ |
| A150) **Considere que agressão é quando alguém é agredido fisicamente por uma pessoa. Nos importa saber das agressões que não foram cometidas por algum familiar. O(a) Sr.(a) foi agredido(a)?**<br>(0) Não → Pule para a pergunta A149<br>(1) Sim → se sim, **Quantas vezes**? __ __ vezes (88) NSA<br>(99) IGN | A151) **Quantas dessas agressões ocorreram desde <*mês*> de 2006?**<br>__ __ agressões<br>(88) NSA<br>(99) IGN | *RAGRES* ___<br>*RQAGRE* ___<br>___<br>*RQAANO* ___<br>___ |

| AGORA EU GOSTARIA DE SABER SE O(A) SR.(A) DEU QUEIXA NA POLÍCIA DE ALGUM DESSES TIPOS DE VIOLÊNCIAS DE QUE O(A) SR.(A) FOI VÍTIMA. | | | | |
|---|---|---|---|---|
| A152) **Peço que o(a) Sr.(a) diga para qual delas foi feita a queixa na polícia....** | | | | |
| ( ) 1° Furto | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RFUR1* ____ |
| ( ) 2° Furto | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RFUR2* ____ |
| ( ) 3° Furto | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RFUR3* ____ |
| ( ) 4° Furto | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RFUR4* ____ |
| ( ) 1° Roubo | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RROU1* ____ |
| ( ) 2° Roubo | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RROU2* ____ |
| ( ) 3° Roubo | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RROU3* ____ |
| ( ) 4° Roubo | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RROU4* ____ |
| ( ) 1° Agressão | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RAGR1* ____ |
| ( ) 2° Agressão | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RAGR2* ____ |
| ( ) 3° Agressão | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RAGR3* ____ |
| ( ) 4° Agressão | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RAGR4* ____ |
| ( ) 1° Roubo à residência | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RRRE1* ___ |
| ( ) 2° Roubo à residência | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RRRE2* ___ |
| ( ) 3° Roubo à residência | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RRRE3* ___ |
| ( ) 4° Roubo à residência | (0) Não | (1) Sim | (8) NSA | *RRRE4* ___ |
| → *Se deu queixa de <u>todas</u> as violências sofridas, pule para a pergunta A154.* | | | | |
| A153) **Qual foi o principal motivo para que o(a) Sr.(a) não desse queixa na polícia?**<br>(01) Porque não adianta, a polícia não faz nada, "só ia me incomodar"<br>(02) Porque não confia na polícia – não são honestos<br>(03) Porque procurou resolver de outra forma<br>(04) Porque não era um objeto de valor<br>(05) Por que alguém aconselhou a não fazer<br>(06) Porque tem medo de retaliação, conhece quem cometeu a violência<br>(07) Outra, qual: _____ | | | | *RNAOQ* ___ ___ |

## ANEXO 2 – Manual de Instruções

"**AGORA VAMOS FALAR SOBRE VIOLÊNCIA COMETIDA CONTRA O(A) SENHOR(A) AQUI EM PELOTAS",** enfatizando que a violência tem que ter ocorrido aqui na cidade. Não é válido, por exemplo, se a pessoa tiver sido assaltada no ano passado, quando estava morando em Porto Alegre.

→ IMPORTANTE: peça para que o entrevistado NARRE a violência que ele sofreu, só assim você poderá discriminar o tipo de violência sofrida (se foi furto, roubo à residência, etc). ANOTE os pontos principais da fala do entrevistado pois, dessa forma, você poderá corrigir se marcou a resposta errada durante a entrevista. Se ficar em DÚVIDA, peça para o entrevistado repetir o relato da violência.

**PERGUNTA A143. Desde** <mês> **do ano de 2002, alguém lhe roubou algum objeto de valor na rua ou entrou na sua casa e roubou algo ou lhe agrediu fisicamente?**

Na primeira questão queremos saber se a pessoa foi vítima de violência nos últimos cinco anos. Aqui, só vale se a pessoa tiver sido vítima de furto, roubo, roubo à residência ou agressão.

- ➔ É importante lembrar que, nesse caso, só é considerada a agressão em que o agressor não for uma pessoa da família. Se uma mulher relatar que foi agredida pelo marido, por exemplo, não conta como agressão.
- ➔ Se a pessoa responder que não sofreu nenhum tipo de violência nos últimos cinco anos, ou não se lembrar se sofreu ou não violência nesse período, então encerre o questionário sobre violência → pule para a questão A154.

Se a pessoa responder sim, diga a frase: **Eu vou ler alguns tipos de violência e gostaria de saber de qual delas o(a) senhor(a) foi vítima nos últimos 5 anos em PELOTAS, ou seja, desde <mês> de 2002.**

→ IMPORTANTE: sempre que aparecer a expressão <mês> você deve ler o mês em que a entrevista está sendo feita. Por exemplo, se você estiver entrevistando a pessoa no mês de novembro, pergunte: desde <novembro> de...

**PERGUNTA A144. Considere que roubo à residência é quando alguém entra na casa ou no pátio e rouba alguma coisa. O(a) Sr.(a) teve sua casa roubada?**

Nesta questão queremos saber se a pessoa teve alguma coisa roubada de sua casa nos últimos 5 anos, ou seja, desde <mês> de 2002. Se ela responder que não, pule para a questão A146.

Se ela responder sim, vá para a pergunta A145.

→ IMPORTANTE: Lembre que aqui nos interessa se alguém entrou na casa, garagem ou pátio da pessoa e roubou alguma coisa. Não importa se o ato foi com ou sem violência, o que importa é que entraram na propriedade da pessoa e tiraram algo de valor.

→ Algumas pessoas podem relatar que os filhos, geralmente os envolvidos com drogas, roubaram alguma coisa – nesse caso, também considere como roubo à casa.

**PERGUNTA A145. Quantos desses roubos à casa ocorreram desde <mês> de 2006?**

Nesta questão queremos saber quantos dos roubos à residência que a pessoa sofreu ocorreram no ano passado, ou seja, desde <mês> de 2006. Por exemplo, se ela disser

que o roubo ocorreu ou, no caso de mais de um roubo, que ocorreram há mais de um ano, escreva 00 roubos à casa.

**PERGUNTA A146. Considere que furto é quando alguém rouba alguma coisa da gente sem violência ou ameaça. O(a) Sr.(a) foi furtado(a)?**

Nesta questão queremos saber se a pessoa foi furtada nos últimos 5 anos, ou seja, desde <mês> de 2002. Se ela responder que não, pule para a questão A148.

Se ela responder sim, siga para a pergunta A147.

→ IMPORTANTE: o que diferencia o furto do roubo é que o furto acontece sem o uso de ameaça ou violência. Por exemplo: se uma mulher estiver no ônibus e sua carteira for tirada da bolsa sem que o indivíduo a ameace ou cometa qualquer tipo de agressão física contra ela, esse incidente é classificado como FURTO. Um outro exemplo de furto é a situação em que um rapaz está andando pela rua e um indivíduo tira o óculos que está em sua cabeça e sai correndo – nesse caso é FURTO pois não foi feita ameaça e nem houve agressão direta contra a vítima.

**PERGUNTA A147. Quantos desses furtos ocorreram desde <mês> de 2006?**

Nesta questão queremos saber quantos dos furtos que a pessoa sofreu ocorreram no ano passado, ou seja, desde <mês> de 2006. Por exemplo, se ela disser que o furto ocorreu ou, no caso de mais de um furto, que ocorreram há mais de um ano, escreva 00 furtos.

**PERGUNTA A148. Considere que roubo é quando alguém rouba alguma coisa da gente com ameaça ou violência. O(a) Sr.(a) foi roubado(a)?**

Nesta questão queremos saber se a pessoa foi roubada nos últimos 5 anos, ou seja, desde <mês> de 2002. Se ela responder que não, pule para a questão A150.

Se ela responder sim, passe para a pergunta A149.

→ IMPORTANTE: o que diferencia roubo de furto é que o roubo ocorre com o uso de ameaça ou violência. Por exemplo: se uma senhora estiver em um ônibus e um indivíduo entrar ameaçando atirar com um revólver se os passageiros não entregarem seus objetos de valor a ele, esse incidente é classificado como ROUBO. Da mesma forma, se um homem estiver na rua e um sujeito ameaçá-lo com um canivete para que ele entregue a carteira e o celular, esse incidente é classificado como ROUBO, devido à ameaça à integridade física da vítima.

**PERGUNTA A149. Quantos desses roubos ocorreram desde <mês> de 2006?**

Nesta questão queremos saber quantos dos roubos que a pessoa sofreu ocorreram no ano passado, ou seja, desde <mês> de 2006. Por exemplo, se ela disser que o roubo ocorreu ou, no caso de mais de um roubo, que ocorreram há mais de um ano, escreva 00 roubos.

**PERGUNTA A150. Considere que agressão é quando alguém é agredido fisicamente por uma pessoa. Nos importa saber das agressões que não foram cometidas por algum familiar. O(a) Sr.(a) foi agredido(a)?**

Nesta questão queremos saber se a pessoa foi agredida nos últimos 5 anos, ou seja, desde <mês> de 2002. Se ela responder não, pule para a questão A152.

Se ela responder sim, passe para a questão A151.

→ IMPORTANTE: esta agressão é diferente da agressão cometida no roubo. Se a pessoa relatar que um indivíduo deu um soco nela para roubar a bolsa, este soco é uma agressão que se deve ao ROUBO e, portanto, não conta aqui como AGRESSÃO. No entanto, se a pessoa relatar que foi agredida por ter discutido com um vizinho ou por ter brigado em um bar, estes atos são considerados AGRESSÃO.

→ Lembre que a agressão só nos interessa se o agressor não for algum familiar próximo da vítima, tipo marido (ex-marido), filho, esposa, pai, mãe – diferenciar a agressão de violência doméstica (intra-familiar).

**PERGUNTA A151. Quantas dessas agressões ocorreram desde <mês> de 2006?**

Nesta questão queremos saber quantas das agressões que a pessoa sofreu ocorreram no ano passado, ou seja, desde <mês> de 2006. Por exemplo, se ela disser que a agressão ocorreu ou, no caso de mais de uma agressão, que ocorreram há mais de um ano, escreva 00 agressões.

Leia a instrução: **AGORA EU GOSTARIA DE SABER SE O SR. (A) DEU QUEIXA NA POLÍCIA PARA ALGUM DESSES TIPOS DE VIOLÊNCIA DE QUE O SR.(A) FOI VÍTIMA.**

**PERGUNTA A152. Peço que o(a) Sr.(a) diga para qual delas foi feita a queixa na polícia...**

Nesta questão queremos saber se a pessoa deu queixa para a polícia da(s) violência(s) que sofreu. Algumas pessoas sofreram vários tipos de violência ou foram vítimas mais de uma vez da mesma. Por isso, essa questão tem quatro alternativas para a mesma violência.

Ela deve ser preenchida da seguinte forma: você deve ver quais tipos de violência e quantas vezes ela sofreu; então, marque os parênteses referentes à violência; não se ela não tiver dado queixa na polícia; e sim se ela tiver dado queixa.

→ Exemplos:

a) se a pessoa tiver sido furtada duas vezes e tiver registrado só na segunda vez que ela foi furtada, marque:

(X) 1° Furto X (0) Não (1) Sim (8) NSA

(X) 2° Furto (0) Não (1) SimX (8) NSA

( ) 3° Furto (0) Não (1) Sim (8) NSAX

( ) 4° Furto (0) Não (1) Sim (8) NSA X

b) se a pessoa tiver sido roubada uma vez e agredida 3 vezes; não tiver dado queixa do roubo, mas tiver dado queixa na segunda e na terceira vez que foi agredida, marque:

(X) 1° Roubo X(0) Não (1) Sim (8) NSA

( ) 2° Roubo (0) Não (1) Sim (8) NSAX

( ) 3° Roubo (0) Não (1) Sim (8) NSAX

( ) 4° Roubo (0) Não (1) Sim (8) NSAX

(X) 1° Agressão X(0) Não (1) Sim (8) NSA

(X) 2° Agressão (0) Não (1) SimX (8) NSA

(X) 3° Agressão (0) Não (1) SimX (8) NSA

( ) 4° Agressão (0) Não (1) Sim (8) NSAX

→ Instrução: Se foi dada queixa para todas as violências sofridas, pule para a questão A154.

**PERGUNTA A 153. Qual foi o principal motivo para que o(a) Sr.(a) não desse queixa na polícia?**

Nesta questão queremos saber por que a pessoa não deu queixa da(s) violência(s) que sofreu para a polícia. Se a pessoa responder mais de um motivo, saliente que ela deve dizer qual o principal motivo pelo qual ela não deu a queixa. Não leia as alternativas, apenas marque a que estiver mais de acordo com a resposta da pessoa. Se ela responder algum outro motivo que não estiver citado nas alternativas, marque um "x" em "outro" e escreva qual o motivo.

# ARTIGO

**VITIMIZAÇÃO POR VIOLÊNCIA URBANA EM UMA CIDADE DE PORTE MÉDIO**

Este artigo será submetido à revista *Cadernos de Saúde Pública*.
As normas de publicação deste periódico estão em anexo.

# Vitimização por violência urbana em uma cidade de porte médio

# Urban violence victimization in a midsize city

Suélen Henriques da Cruz[1]

Helen Gonçalves[1]

Mario Renato Azevedo[1,2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas

[2] Faculdade Atlântico Sul de Pelotas, Anhanguera Educacional

**Contato:**

Suélen Henriques da Cruz

Rua Marechal Deodoro, 1160

Pelotas, Brasil

CEP: 96020-220

Fone (fax): +55 53 3284-1300

E-mail: suhcruz@hotmail.com

**Título corrido:** Vitimização por violência urbana

**Áreas de concentração:** epidemiologia, saúde pública, segurança pública e criminologia

## Resumo

A violência urbana afeta a vida dos indivíduos, tornando-se um problema complexo e atual de saúde e segurança pública. Buscando avaliar a situação de violência em uma cidade de médio porte, realizou-se um estudo transversal, de base populacional, para investigar: prevalência de vitimização por violência urbana (furtos, roubos, agressões, furto/roubo à residência) nos últimos cinco anos e 12 meses, perfil das vítimas e notificação à Polícia. A amostra foi de 3.912 indivíduos (idade ≥20 anos), 16,6% destes sofreram violência urbana no último ano e 28% nos últimos cinco anos. As maiores prevalências de vitimização foram de furto/roubo à residência (9,7%) e furto (6,0%). As vítimas de roubo foram homens, jovens e sem companheiro(a). Mais da metade dos vitimados não notificou a ocorrência por não confiar na Polícia. Os dados confirmam a importância de pesquisas sobre vitimização em cidades menores. As discussões sobre o tema devem abranger a necessidade de incrementar, executar ou criar políticas públicas de segurança e saúde em distintos contextos nacionais, incluindo o interior.

Palavras-chave: violência, vitimização, vítimas, notificação, crime

## Abstract

Urban violence affects individuals life, therefore is a complex problem of public health and security. To evaluate the occurrence of violence in a medium size city, a population-based cross-sectional study was carried out, investigating: prevalence of urban violence victimization (theft, robbery, aggression, burglar) in the period of five years and twelve months before interview, victims profile and crime report. The sampled included 2.912 individuals (≥ 20 years of age) of which 16,6% have experienced urban violence in the last year and 28,0% in five years. Prevalence of burglar was 9,7% and theft 6,0% in the last year. The robbery victims were men, youth and single. More than half of the victims have not reported the crime to the police, and the reason was distrust in police. This findings sustain the importance of victimization surveys in smaller cities. The debate about urban violence should include the necessity of develop, execute or create health and security policies in different contexts, comprising countryside.

Keywords: violence, victimization, criminology, crime, crime victims

## 1. Introdução

A violência é um fenômeno sócio-histórico, que acompanha a humanidade ao longo de toda sua existência [1]. Entretanto, pelo número de vítimas e pela magnitude das seqüelas orgânicas e emocionais que produz, a violência se converteu em um problema de saúde pública em muitos países [2]. As estatísticas mostram que ela é responsável por mais de um milhão de mortes/ano no mundo e, no Brasil, representa a segunda maior causa de mortalidade (12,6% das mortes) [3, 4]. A violência tem impacto na saúde dos indivíduos porque oferece redução do sentimento de bem-estar (medo/insegurança) e risco à vida, através das lesões, dos traumas psíquicos e das mortes que ocasiona. A violência urbana também causa prejuízos econômicos no campo da saúde – sobrecarrega o Sistema de Saúde, gerando gastos médicos e hospitalares com emergência, assistência e reabilitação que alcançam quatro bilhões de Reais ao ano no Brasil [5]. Estima-se que, na América Latina, os gastos com saúde/segurança alcancem 14% do Produto Interno Bruto e no Brasil, esses custos sejam de 10,5% [6].

A partir da década de 70, no Brasil, houve um crescimento nas taxas de todas as modalidades delituosas, principalmente as que envolvem a prática de violência, como os roubos, seqüestros e homicídios [7]. Embora estas formas mais severas de violência ocorram geralmente em grandes áreas urbanas – Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, concentram mais da metade de todos os homicídios registrados no país [8] – os tipos mais comuns de violência urbana, como furtos e agressões afetam também moradores de cidades de menor porte. O estado do Rio Grande do Sul (RS) em 2004 esteve entre os estados brasileiros com maiores taxas de lesões corporais e delitos envolvendo drogas. Pelotas, terceira cidade mais populosa do RS, esteve entre as dez cidades do estado com maiores taxas destes dois tipos de violência no mesmo período. Em relação às cidades brasileiras com mais de 100.000 habitantes, Pelotas ocupou o 17º lugar no ranking em lesões corporais (agressões com ou sem arma) registradas, com uma taxa de 859/100.000 habitantes [9].

Ainda que sejam altos os índices de violência urbana nas cidades brasileiras, a maioria dos estudos se ocupa exclusivamente dos homicídios [10, 11, 12]. Isso porque as fontes de dados para estes crimes estão menos sujeitas à subnotificação do que para crimes mais comuns, como os furtos e roubos [13]. A taxa geral de subnotificação no Brasil varia de 70 a 80% [14]. Mesmo lesadas física ou materialmente, muitas vítimas não

denunciam o crime sofrido à polícia por razões como medo, vergonha, valor do bem subtraído e/ou descrença nos sistemas policial e judicial [15, 16].

Devido aos altos índices de subnotificação, muitos países realizam pesquisas de vitimização por violência como complemento às estatísticas oficiais. Estes estudos têm como objeto a vítima e não o infrator. São de base populacional, feitos por amostras de domicílios e com perguntas específicas sobre os episódios de vitimização (tipo de crime sofrido e conseqüências do crime para a vida das vítimas, por exemplo). Eles proporcionam a cobertura de crimes não notificados à polícia e a caracterização das vítimas, permitindo delinear fatores de risco para vitimização [17].

No Brasil, várias pesquisas de vitimização foram realizadas em um período de 20 anos. Contudo, as diferenças entre variáveis abordadas, desenho da amostra, período de referência e população-alvo impedem a comparação entre os resultados destes estudos. Paralelamente, a maioria destes trabalhos se refere às capitais e às regiões metropolitanas, especialmente na região Sudeste [18]. Não há pesquisas específicas de vitimização por violência urbana em cidades do interior e a justificativa para isso é que nestes locais as taxas de criminalidade violenta, em especial de homicídios, são menores que as dos grandes centros urbanos [19]. Muitos dos dados sobre violências nestas cidades são provenientes dos registros oficiais e divulgados pelo Ministério, portanto percentuais subnotificados para a maioria dos tipos de violência. Todavia, o impacto da violência no cotidiano da população, incluindo municípios médios e pequenos, não pode ser desconsiderado em termos de políticas públicas que envolvem a saúde e a segurança, por exemplo. Os sentimentos de medo e insegurança, assim como o estresse ocasionado pela violência se tornaram rotineiros, alterando os hábitos e estilos de vida dos indivíduos [20, 21].

Além dos aspectos mencionados, os estudos sobre vitimização possuem um papel contextual importante para a discussão da não confiabilidade dos dados oficiais de criminalidade, visto que eles permitem que se avalie a magnitude numérica da violência sofrida e o perfil das vítimas. Estas informações são imprescindíveis aos municípios e às instituições de segurança, para traçar medidas efetivas de controle e combate da violência. Muitos crimes podem ser comunicados e não efetivamente registrados e, ainda, há aqueles em que o registro não está corretamente arquivado ou é posteriormente descartado, incrementando a subnotificação dos dados oficiais [13]. Considerando a relevância do tema, o objetivo deste estudo foi, portanto, avaliar a

prevalência de vitimização por violência urbana e o perfil das vítimas, além de identificar a notificação dos crimes sofridos à polícia.

## 2. Metodologia

Foi realizado um estudo transversal, de base populacional, na zona urbana do município de Pelotas/RS. Situada no extremo sul do Brasil, Pelotas é uma cidade de porte médio, com uma população de aproximadamente 350 mil habitantes [22]. Este estudo fez parte de uma pesquisa maior, que avaliou diversos aspectos sobre a saúde da população.

O cálculo para determinação do tamanho amostral levou em consideração as diversas associações a serem estudadas. Utilizou-se um nível de confiança de 95% e um poder estatístico de 80%. Houve acréscimo de 10% para perdas e recusas, e 15% para controle de fatores de confusão, considerando um efeito de delineamento de 3,0. O tamanho de amostra estimado foi de aproximadamente 2.300 indivíduos, contemplado com a seleção de 1.422 domicílios.

O processo de amostragem, realizado em dois estágios, utilizou a demarcação dos setores censitários do Censo Demográfico de 2000, como unidade amostral primária [23]. Optou-se por uma amostra por conglomerados, simplificando a logística e diminuindo os custos. Os 404 setores censitários urbanos foram ordenados de acordo com a renda média dos chefes das famílias; após foram sorteados 126 setores e, em cada um deles, 11 domicílios. Uma contagem do número de domicílios em cada setor foi realizada, de forma a atualizar os dados fornecidos pelo último censo. Nos casos em que houve aumento ou diminuição considerável no número de domicílios, alguns foram acrescidos ou excluídos, a fim de se manter a representatividade amostral.

Todos os indivíduos residentes nos domicílios sorteados e com idade igual ou superior a 20 anos foram incluídos na amostra, com exceção daqueles institucionalizados (asilos, hospitais e prisões) ou incapacitados física e/ou mentalmente para responder ao instrumento. Entrevistadoras treinadas realizaram as entrevistas, que ocorreram no período entre outubro de 2007 e janeiro de 2008.

O instrumento utilizado foi um questionário pré-testado, composto por perguntas relativas à vitimização por violência urbana e características demográficas e

socioeconômicas. Indivíduos que se recusaram a participar da pesquisa ou que não se encontravam no domicílio foram procurados, em outras ocasiões, pela entrevistadora ou pelo supervisor do trabalho de campo. O controle de qualidade dos dados constou na aplicação de uma versão reduzida do instrumento utilizado, em 10% da amostra, selecionada aleatoriamente.

As variáveis independentes investigadas foram: sexo (masculino/feminino); idade (em anos completos; categorizada após em 20-29, 30-39, 40-49, 50-59, 60 ou mais anos); cor da pele auto-referida (categorizada em branca, preta e outra); situação conjugal (classificada em com ou sem companheiro); escolaridade (em anos completos de estudo, agrupada em 0-4, 5-8, 9-11, 12 ou mais anos); e nível econômico, conforme Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa 2008 (ABEP) [24], dividido em quatro grupos, em que o A é o de mais posses.

Os entrevistados foram inicialmente questionados se "Desde <mês> do ano de 2002, alguém lhe roubou algum objeto de valor na rua ou entrou na sua casa e roubou algo, ou lhe agrediu fisicamente?". Nos casos de resposta positiva foram avaliados os seguintes tipos de violência urbana para os últimos 12 meses e cinco anos:

a) furto – ter algum bem subtraído por alguém, sem sofrer violência física e estando presente ou não no momento da ocorrência;

b) roubo ou assalto – ter algum bem apropriado por outro, mediante uso de violência física ou ameaça à sua integridade;

c) agressão – ter sofrido ferimento físico, com ou sem o uso de armas, tendo como agressor alguém não pertencente à sua família;

d) roubo ou furto à residência – ter algum bem de sua residência apropriado por outrem, através do uso de violência ou não, estando à vítima presente no local ou não.

Por fim, a vitimização por violência urbana global foi definida como ter sofrido pelo menos um dos tipos investigados em cada período. Os indivíduos que relataram ter sofrido alguma violência foram questionados quanto à notificação do(s) crime(s) à Polícia Civil e o(s) motivo(s) para não notificação. Neste trabalho, são mostradas as análises de associação relativas ao período recordatório de 12 meses, pelo fato de o padrão de vitimização ter se mostrado o mesmo nos dois períodos estudados.

As análises foram realizadas utilizando-se o programa estatístico Stata 9.0 [25]. O cálculo de tamanho de amostra, além da entrada dos dados, duplamente digitados e com checagem automática de consistência e amplitude, foram realizados utilizando-se o programa Epi-Info 6.04 [26]. Na análise bruta, a associação entre vitimização por cada

tipo de violência e as variáveis independentes foi investigada através do teste de Wald para heterogeneidade e para tendência linear, quando aplicável. A Regressão de Poisson foi utilizada na análise multivariável. Nesta análise, todas as variáveis independentes foram consideradas no mesmo nível e ajustadas umas às outras, considerando o efeito de delineamento.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas. Foi apresentado um termo de consentimento informado, assinado pelos entrevistados, no qual o estudo foi explicado e o sigilo de identificação garantido.

## 3. Resultados

Dentre os 1.460 domicílios visitados, foram considerados elegíveis para o estudo 3.180 indivíduos. Desses, 2.986 foram entrevistados, havendo 6,1% de perdas e recusas (N=194). Foram excluídos das análises 41 indivíduos entrevistados em janeiro de 2008, a fim de não comprometer o período de tempo utilizado por este estudo (2002/2007) e os 33 casos que não obedeciam aos critérios de inclusão.

A Tabela 1 descreve a amostra estudada segundo variáveis demográficas e socioeconômicas. A amostra foi composta predominantemente por indivíduos do sexo feminino (56,8%), de cor da pele branca (75,5%) e de nível econômico C (46,6%). A maioria possuía companheiro (61,3%), aproximadamente um terço tinha de cinco a oito anos de escolaridade e 23,9% estava na faixa etária entre 20 e 29 anos.

A Figura 1 apresenta a prevalência de vitimização global nos últimos cinco anos e últimos 12 meses. Um total de 28,0% (N=815) da população foi vitimada por violência urbana global nos últimos cinco anos.

As prevalências de vitimização por cada tipo de violência e segundo variáveis demográficas e socioeconômicas nos últimos 12 meses são apresentadas na Tabela 2. A ocorrência de vitimização por violência global foi de 16,6% (N=482), significativamente maior entre os homens (19,0%; p=0,001) e entre os mais jovens (p=0,024).

O furto/roubo à residência foi o crime que fez mais vítimas (9,7%; N=283) (Tabela 2). Nenhuma variável independente apresentou associação com este desfecho. O furto, segundo tipo de violência mais freqüente, teve uma prevalência de 6,0%

(N=173). Este tipo de violência foi significativamente mais freqüente entre os homens e os mais jovens.

A agressão foi o tipo de violência menos freqüente, com uma prevalência de 1,5% (N=43) nos últimos 12 meses (Tabela 2). Indivíduos mais jovens e sem companheiro foram mais vitimados. A prevalência de roubo foi de 2,7% (N=78), sendo os homens e, assim como na agressão, os indivíduos mais jovens e sem companheiro, os grupos de maior risco.

A análise multivariável (não mostrada), considerando todas as variáveis independentes como potenciais fatores de confusão, confirmou os resultados das análises bivariadas descritas (Tabela 2), com exceção da variável escolaridade. Ao ajustar seu efeito para variáveis demográficas e socioeconômicas, a escolaridade deixou de se associar à ocorrência de furtos e roubos.

A prevalência de subnotificação dos crimes sofridos à policia foi de 52,8% (Tabela 3). O roubo foi o tipo de violência menos subnotificado (37,0%), seguido da agressão (41,7%) e do furto (55,7%). Embora o furto/roubo à residência tenha sido o tipo de violência mais prevalente, para este crime a subnotificação foi a maior (57,3%) dentre as violências investigadas. A Figura 1 apresenta os principais motivos de não notificação da violência. Mais da metade das vítimas (57,7%) referiu não registrar o crime por não confiar na polícia. Cerca de um quarto dos indivíduos não notificou por não conhecer o criminoso, 8,3%, por ter medo de sofrer retaliação do agressor e 6,4% por ter resolvido a situação de vitimização de outra forma, que não recorrendo aos meios legais.

## 4. Discussão

O crescimento da violência passou, enquanto fenômeno mundial desencadeado a partir da década de 70, a afetar a vida dos indivíduos em distintas esferas. A percepção da violência pode desencadear uma nova dinâmica de relações e comportamentos sociais, como uma maior ansiedade ou isolamento social [21].

As pesquisas de vitimização constituem uma forma fidedigna de investigar a real ocorrência de crimes na população ainda que, do ponto de vista epistemológico, a totalidade dos crimes seja incognoscível [15]. Porém, este método de estudo também possui suas limitações. A vítima pode não relatar na entrevista um episódio de

vitimização, seja porque não deu importância ao ocorrido ou porque não entende determinada ocorrência como sendo delituosa. Outras limitações importantes das pesquisas de vitimização são a gravidade da violência e o tempo em que ela ocorreu: o entrevistado tende a lembrar dos fatos mais recentes e de maior gravidade. Várias pesquisas de vitimização utilizam o período de recordatório de cinco anos [20, 27, 28].

Neste estudo, embora tenham sido investigadas as prevalências de vitimização nos últimos cinco anos e 12 meses, são apresentadas as associações relativas à vitimização no último ano, pelo fato de as associações seguirem uma mesma direção em ambos os períodos. Em Pelotas, a diferença entre as prevalências de vitimização nos períodos estudados foi relativamente pequena, tendo em vista que no último ano elas representaram quase metade das prevalências nos cinco anos. É possível que as prevalências nos cinco anos estejam subestimadas, devido a um viés de memória ou erro de recordatório se as violências sofridas não foram consideradas graves ou traumáticas. Por outro lado, não se pode descartar a possibilidade de ter ocorrido um aumento considerável, no último ano, da vitimização por violência urbana no município. A diferença pequena entre as prevalências de vitimização encontradas em ambos os períodos recordatórios, em Pelotas, traz à luz a dúvida sobre a necessidade de se investigar muitos anos nas pesquisas de vitimização que abarcam crimes considerados menos violentos. A experiência subjetiva das vítimas, não investigada neste estudo, deve ser considerada principalmente no que diz respeito à gravidade da violência sofrida, reduzindo a possibilidade de viés de memória e de dados com qualidade questionável.

Os roubos, assaltos, agressões, ameaças, seqüestros, estupros e homicídios são os tipos de violência urbana mais freqüentemente referidos na literatura [29]. As formas de violência que não culminam em morte são, além de mais prevalentes, importantes para uma série de agravos à saúde, à moral e ao patrimônio. O governo brasileiro divulgou, em 2005, que a chance de um cidadão ser vítima de roubo, por exemplo, foi 23 vezes maior do que ser vítima de homicídio doloso [9]. Apesar de as grandes cidades serem o foco dos estudos sobre violência urbana, os moradores de cidades de menor porte também sofrem com os crimes.

Neste estudo, os resultados para Pelotas apontaram que, no último ano, a prevalência de vitimização por violência urbana na população foi de 16,6%. Em Belo Horizonte (MG), capital de grande porte, a prevalência de vitimização – considerando os mesmos eventos pesquisados em Pelotas – foi de 22,4% em 2002. Em relação ao

crime de furto/roubo à residência, a ocorrência em Pelotas superou, por exemplo, a de capitais como Belo Horizonte e Rio de Janeiro (RJ). Cerca de uma pessoa a cada dez teve sua residência furtada/roubada no último ano – quase o dobro da prevalência deste crime em Belo Horizonte (5,3%). Considerando o período de cinco anos, Pelotas teve maior prevalência de furto/roubo à residência (16%) em comparação a São Paulo (12%) [20] e ao Rio de Janeiro (1,4%) [28]. É necessário salientar, entretanto, que a prevalência encontrada em Pelotas pode ter sido maior que as de cidades de grande porte em virtude de terem sido contabilizados, aqui, qualquer tipo de bem subtraído, com ou sem uso de violência e estando a vítima presente no momento em que o crime ocorreu ou não. Nas cidades maiores, talvez tenham sido considerados apenas os crimes de roubo à residência conhecidos como 'arrombamentos', que pressupõem o uso de ato violento.

Ainda assim, a idéia de que a violência se concentra nas capitais e regiões metropolitanas, além de limitar as discussões, desconsidera a dimensão da violência nas cidades menores e, conseqüentemente, no modo como ela pode afetar a qualidade e o estilo de vida dos indivíduos residentes no interior do país. Esta concepção banaliza ainda o fato de a violência se fazer presente de modos diferentes em distintos locais, além de não abarcar questões importantes e mais abrangentes como a necessidade de incrementar, executar ou criar políticas públicas de segurança e de saúde.

As demais prevalências de vitimização encontradas no município de Pelotas apontam a violência como um problema importante para a população. Os crimes contra o patrimônio (furtos e roubos) apresentaram prevalências de 6,0% e 2,7%, respectivamente. A agressão, menos prevalente que os demais crimes (1,5%), não deve ser desconsiderada, principalmente pelos prejuízos físicos e/ou psicológicos que pode ter acarretado aos entrevistados. Em geral, estudos sobre vitimização incluem na categoria agressão, comportamentos não pesquisados em Pelotas, como agressão verbal (insultos, humilhações e xingamentos) e intrafamiliar (ameaça de bater, bater, chutar, etc.). Tais trabalhos apontam uma prevalência neste âmbito superior a 30% [28].

Em relação ao roubo em Pelotas, os indivíduos mais vitimados por esta violência foram os jovens (20-29 anos), de sexo masculino e sem companheiro. Considerando que a violência urbana é um fato na cidade e que os solteiros possuem uma vida social ativa – circulando por distintos ambientes, principalmente à noite – não surpreende que este grupo tenha sido mais vitimado por roubos. A relação entre comportamento e exposição ao perigo tem sido apontada comumente na literatura [28, 30]. Alguns destes trabalhos defendem a 'teoria da oportunidade', considerando que os jovens estão menos

preocupados com sua proteção, logo se expondo mais às oportunidades de crime (locais públicos, deslocamento à noite, menos medo, uso de bebidas alcoólicas no lazer). Esta mesma literatura aponta que os jovens mais ricos (brancos e com alta escolaridade), que portam objetos de consumo valorizados (marcas de roupas e tênis caras, por exemplo), são mais vitimados por roubo e furto que os mais pobres. Entretanto, em Pelotas, não houve diferença para estes crimes ao se avaliar nível socioeconômico, o que evidencia não haver um perfil nítido de quem vai ser vitimado – aspecto a ser melhor investigado em estudos posteriores levando em conta, por exemplo, o local onde o roubo ocorreu.

No que tange à agressão, os indivíduos mais jovens e que referiram não ter companheiro(a) foram mais vitimados. As explicações em outros estudos não diferem das dadas para o roubo/furto – os jovens, que não possuem um(a) companheiro(a) tendem a sair mais à noite e a possuírem mais hábitos solitários [30]. Além disso, comportamentos como a alta ingestão de bebidas alcoólicas, por exemplo, podem ocasionar o envolvimento dos indivíduos em brigas, que por sua vez, podem acarretar agressão física.

Pesquisas sobre vitimização urbana mostraram que a ocorrência de violência nas grandes cidades é maior do que os dados oficiais sugerem. Mais da metade dos indivíduos entrevistados para este trabalho e que sofreram algum tipo de violência urbana, referiram não ter notificado o crime à polícia. Este número aumenta quando se analisa o furto/roubo à residência – 57,3%. Sabe-se que notificação da violência está vinculada, entre outros fatores, ao valor do objeto furtado/roubado [15], aspecto não investigado neste estudo. Todavia, a alta subnotificação encontrada neste trabalho para algumas violências pode estar ressaltando como a população entende o seu papel frente ao sistema de segurança, por exemplo. A não notificação colabora para a menor visibilidade da violência, que atinge a própria população.

Os motivos alegados pelos entrevistados para a alta subnotificação dos furtos, revelam que a população tem a idéia errônea da necessidade de informar à polícia as características físicas de quem cometeu a violência. Além disso, algumas vítimas acreditam que se o valor do objeto subtraído for pequeno, o 'trabalho' de fazer a notificação não compensará, ou seja, além de não recuperarem o objeto, terão de enfrentar uma suposta burocracia institucional ('perder tempo') [16].

Informações dirigidas à população sobre os prejuízos que a não notificação da violência causam à sociedade podem, ao menos, minimizar esta prática. Em Pelotas, o exemplo inverso da subnotificação seriam os crimes que envolvem violência e que

podem causar lesões (roubos e agressões). Estes foram os mais notificados (63,0% e 58,3%, respectivamente). Situações de violência que envolvem risco de vida ou violação dos direitos primordiais do cidadão são mais notificados às autoridades, pois exigem que alguma medida de proteção e garantia à vida seja de fato tomada e/ou registrada. O registro desta necessidade também funciona como uma forma de pressionar as autoridades a punirem o agressor. Neste sentido, a população reconhece parcialmente a necessidade de resguardar sua segurança. No entanto, esta percepção pode conter aspectos ainda bastante individualistas (sentimento de vingança, medo de retaliação) e muito pouco de exigência frente ao poder público de garantia das suas necessidades de segurança. Embora seja uma tarefa complexa, este último aspecto requer um trabalho educativo em nível populacional, mostrando que ambos (população e polícia) devem estar afinados nos seus propósitos em relação às várias formas de violência urbana. A subnotificação é maior nos países em desenvolvimento e isto salienta, entre outros aspectos, como as desigualdades e iniqüidades sociais, a importância da atuação dos indivíduos para o cumprimento da lei [31].

As pesquisas de vitimização mostram que a não resposta da instituição policial ao delito registrado contribui para que a população desacredite na atuação da polícia. Dados do Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais (IBPS) [32] e do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD) [20] mostraram que em diferentes cidades as vítimas de crimes de roubos que não notificaram a ocorrência assinalaram que a polícia nada faria mediante o registro. As razões para a não notificação revelam parte da complexidade deste tema e de sua ligação com o tipo de crime sofrido. A falta de confiança na polícia registrada em Pelotas (57,7%) também foi comum em outros estudos. A tradicional imagem de ineficiência, brutalidade e opressão associadas às autoridades policias brasileiras é histórica [8, 33] e tem também suas repercussões em Pelotas, por exemplo, se considerarmos o percentual de 64% de descrédito e de resolução sem qualquer interferência policial.

Tendo em vista que o crescimento da violência e as razões para a subnotificação do crime tem-se dado de forma preocupante em distintas cidades, é relevante que as discussões sobre o tema incluam o conhecimento sobre os contextos em que a violência é produzida. Apontar soluções, em qualquer nível, não é algo simples. Em geral, as respostas requerem entender e trabalhar componentes subjetivos, econômicos, culturais e bastante contextuais. Todavia, as desigualdades sociais existentes nas cidades geram

uma série de situações em que a violência não seria contornada, mesmo com uma alta prevalência de registros dos crimes à polícia.

A violência é um dos principais problemas ainda a serem enfrentados, tanto na área de saúde coletiva quanto na de segurança pública. Embora suas causas sejam complexas de se analisar, acredita-se que sejam convenientes campanhas e políticas que esclareçam a população sobre o seu papel no combate à criminalidade – a eficiência do trabalho policial depende, em parte, de atitudes colaborativas da comunidade como o registro da violência sofrida, por exemplo. De modo geral, estudar quais são os fatores que aumentam a vulnerabilidade para a vitimização nas cidades e os que contribuem para a continuidade dos atos violentos seguem sendo recomendações, embora amplas, importantes para uma nova configuração do atual quadro da violência. As especificações locais (perfil das vitimas, dos agressores, locais dos crimes e medidas tomadas) podem ajudar a definir uma atuação pública mais efetiva, pautada nas prioridades do município.

## 5. Colaboradores

S. H. Cruz participou das etapas de elaboração do projeto, análise e interpretação dos dados e redação do artigo. H. Gonçalves contribuiu na concepção do projeto e na revisão crítica do artigo. M. R. Azevedo participou da elaboração do projeto, na análise dos resultados e na revisão do artigo.

## 6. Agradecimentos

Este trabalho contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP).

## 7. Referências


1 Minayo MCS. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde 2005; 9-41.

2 Organização Panamericana de Saúde. Resolución XIX: violencia y salud. Washington, DC: OPAS; 1993.

3 Krug EG, Mercy JA, Dahlberg LL, Zwi AB. The world report on violence and health. Geneva: Elsevier 2002: 1083-8.

4 Gawryszewski VP, Rodrigues EM. The burden of injury in Brazil, 2003. São Paulo Med J. 2006; 124(4):208-13.

5 Vieira I. Gastos de saúde com vítimas de violência chegam a R$ 4 bilhões ao ano, afirma Conass 2008 http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/02/28/matéria.2008-02-28.7792916204/view (acessado em 05/Set/2008).

6 Londoño JL, Guerrero R. Violencia en América Latina – epidemiología y costos. Documento de Trabajo R-375. Washington DC: Banco Interamericano de Desarrollo, Red de centros de Investigación de la Oficina del Economista Jefe; 1999. http:\\www.iadb.org\oce (acessado em 25/Jun/2007).

7 Adorno S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. Psi-J Psicol São Paulo: CRP; 2002 ;132(7):7-8.

8 Moser CON. Urban Violence and insecurity: an introductory roadmap. Environment & Urbanization 2004;16(2):3-16.

9 Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis 2006. http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/est_ocorrencia.htm (acessado em 07/Jul/2008).

10 Soares Filho AM, Souza MFM, Gazal-Carvalho C, Malta DC, Alencar AP, Silva MMA et al. Análise da mortalidade por homicídios no Brasil. Epidemiologia e Serviços de Saúde 2007; 16(1):7-18. http://www.portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/1artigo_mortalidade_homicidios.pdf (acessado em 05/Mai/2007).

11 Souza ER. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. Cad Saúde Pública 1994; 10(1):45-60.

12 Gawryszewski VP, Kahn T, de Mello Jorge MHP. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança. Rev Saúde Pública 2005; 39(4):627-33.

13 Santos MJ, Kassouf AL. Existe explicação econômica para o sub-registro de crimes contra a propriedade? Econ. Apl. 2008; 12(1):5-27.

14 Lemgruber J, Musumeci L, Ramos S. Por que é tão difícil implementar uma política de segurança? Observatório da Cidadania 2002. http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileiroa2002_bra.pdf (acessado em 29/Set/2008).

15 Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Estatística de Criminalidade - Manual de Interpretação. São Paulo; 2005.

16 Paixão AL, Beato CC, Cláudio C. Crimes, vítimas e policiais. Revista de Sociologia da USP. 1997;9(1):233-48. http://www.crisp.ufmg.br/cvitpol.pdf (acessado em 18/Ago/2008).

17 Catão Y. Pesquisas de Vitimização. Fórum de debates: Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: Uma discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas. Rio de Janeiro: 2000; 2:7-40.

18 Compagnac V, Luz E, Azevedo J, Ferraz T. Entendendo a Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização de 2007: dados principais. Rio de Janeiro: Série Análise Criminal 2008; 2:58-81.

19 Folha de São Paulo. O problema da violência está nas áreas metropolitanas. 2007. http://www2.flem.org.br/noticias/2007/03/05/o-problema-da-violencia-esta-nas-areas-metropolitanas (acessado em 31/Set/2008).

20 Kahn T, Besen JC, Custódio RB. Pesquisa de Vitimização 2002 e Avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana - PIAPS. São Paulo: ILANUD, FIA- USP, Gabinete de Segurança Institucional; 2002.

21 Del Olmo R. Ciudades duras y violencia urbana. Nueva Sociedad. 2000;167:74-86.

22 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE Cidades; 2007. http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1 (acessado em 25/Ago/2008).

23 IBGE. Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE; 2004. http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php (acessado em 13/Jun/2007).

24 Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas. Critério de Classificação Econômica Brasil 2008. http://www.abep.org/?usaritem=arquivos&item=23 (acessado em 15/Set/2008).

25 StataCorp LP. Intercooled Stata 9.0. College Station (TX): StataCorp LP 2005.

26 Dean AG, Dean JA, Coulombier D, Brendel KA, Smith DC, Burton HA, et al. Epi-Info version 6.04: A word processing, database, and statistics program for epidemiology on microcomputers; 1996.

27 CRISP. Pesquisa: Vitimização em Belo Horizonte 2002. Belo Horizonte: 2002. http://www.crisp.ufmg.br/vitimiza.htm (acessado em 09/out/2008).

28 Soares A, Borges D, Compagnac V. A Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização de 2007: notas metodológicas. Rio de Janeiro: Série Análise Criminal 2008; 2:10-33.

29 Cruz JM. La victimización por violencia urbana: niveles y factores asociados en ciudades de América Latina y España. Rev Pan Salud Publica 1999; 5(4/5):259-67.

30 Beato CF, Peixoto BT, Andrade MV. Crime, oportunidade e vitimização. Rev. bras. Ci. Soc. 2004; 19(55):73-89.

31 Soares RR. Development, crime and punishment: accounting for the international differences in crime rates. Journal of Development Economics. 2004; 73(1):155-84.

32 Instituto Brasileiro de Pesquisa Social. Pesquisa municipal de vitimização: Rio de Janeiro: PMV-Rio/002-05. Rio de Janeiro: 2005.

33 Kahn T. Segurança pública e trabalho policial no Brasil. Promoting Human Rights through good governance in Brazil. University of Oxford: Centre for Brazilian studies; 2003.

**Tabela 1**. Descrição e distribuição da amostra segundo variáveis demográficas e socioeconômicas. Pelotas (RS), 2007.

| Variável | N | % |
|---|---|---|
| Sexo | | |
| Masculino | 1257 | 43,2 |
| Feminino | 1655 | 56,8 |
| Idade | | |
| 20-29 | 697 | 23,9 |
| 30-39 | 543 | 18,7 |
| 40-49 | 582 | 20,0 |
| 50-59 | 513 | 17,6 |
| 60 ou mais | 577 | 19,8 |
| Cor da pele | | |
| Branca | 2197 | 75,5 |
| Preta | 398 | 13,7 |
| Outra | 313 | 10,8 |
| Situação conjugal | | |
| Com companheiro | 1783 | 61,3 |
| Sem companheiro | 1127 | 38,7 |
| Escolaridade (anos de estudo) | | |
| 0-4 | 677 | 23,2 |
| 5-8 | 919 | 31,6 |
| 9-11 | 747 | 25,7 |
| 12 ou mais | 569 | 19,5 |
| Nível econômico (ABEP)* | | |
| A | 160 | 5,5 |
| B | 923 | 32,0 |
| C | 1343 | 46,6 |
| D/E | 457 | 15,9 |
| TOTAL | 2912 | 100 |

*Variável com maior número de missings n= 29.

**Figura 1**. Prevalências de vitimização por violência urbana nos períodos de 5 anos e 12 meses, em Pelotas (RS), 2007.

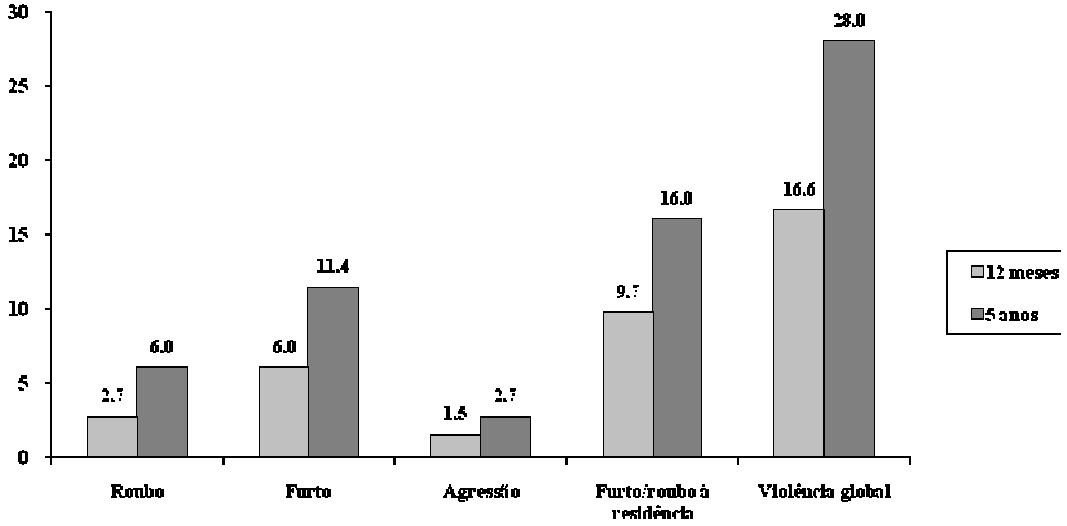


**Tabela 2**. Análise bruta da associação entre a vitimização por violência urbana nos últimos 12 meses, segundo variáveis demográficas e socioeconômicas. Pelotas (RS), 2007.

| Variáveis | Roubo (%) | Furto (%) | Agressão (%) | Furto/roubo à residência (%) | Violência global (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| Sexo | ***0,007*** [h] | ***0,000*** [h] | *0,173* [h] | *0,577* [h] | ***0,001*** [h] |
| Masculino | 3,7 | 7,9 | 1,8 | 10,0 | 19,0 |
| Feminino | 1,9 | 4,5 | 1,2 | 9,5 | 14,7 |
| Idade | ***0,006*** [t] | ***0,029*** [t] | ***0,000*** [t] | *0,895* [t] | ***0,024*** [t] |
| 20-29 | 4,7 | 6,3 | 2,2 | 11,2 | 20,1 |
| 30-39 | 1,3 | 7,7 | 2,0 | 7,6 | 15,3 |
| 40-49 | 2,8 | 6,4 | 1,9 | 9,5 | 16,9 |
| 50-59 | 2,9 | 5,5 | 1,0 | 9,9 | 16,2 |
| 60 ou mais | 1,2 | 3,8 | 0,2 | 10,1 | 13,5 |
| Cor da pele | *0,086* [h] | *0,661* [h] | *0,692* [h] | *0,888* [h] | *0,428* [h] |
| Branca | 3,0 | 6,2 | 1,6 | 9,7 | 17,1 |
| Preta | 1,0 | 4,8 | 1,5 | 9,1 | 13,6 |
| Outra | 2,9 | 6,1 | 1,0 | 10,2 | 16,6 |
| Situação conjugal | ***0,002*** [h] | *0,876* [h] | ***0,026*** [h] | *0,488* [h] | *0,407* [h] |
| Com companheiro | 1,9 | 6,0 | 1,0 | 10,1 | 16,1 |
| Sem companheiro | 3,9 | 5,9 | 2,2 | 9,2 | 17,4 |
| Escolaridade (anos de estudo) | ***0,045*** [t] | ***0,006*** [t] | *0,529* [t] | *0,504* [t] | *0,077* [t] |
| 0-4 | 1,8 | 4,0 | 1,3 | 9,8 | 14,9 |
| 5-8 | 2,7 | 5,9 | 1,3 | 8,7 | 15,8 |
| 9-11 | 2,7 | 6,7 | 1,7 | 10,3 | 17,0 |
| 12 ou mais | 3,7 | 7,4 | 1,6 | 10,5 | 19,2 |
| Nível econômico (ABEP) | *0,477* [t] | *0,054* [t] | *0,505* [t] | *0,613* [t] | *0,288* [t] |
| A | 3,1 | 9,4 | 1,3 | 13,1 | 22,5 |
| B | 2,8 | 6,4 | 1,2 | 9,9 | 16,8 |
| C | 2,8 | 5,7 | 1,7 | 8,9 | 15,7 |
| D/E | 2,2 | 4,4 | 1,5 | 10,5 | 16,7 |
| TOTAL | 2,7 | 6,0 | 1,5 | 9,7 | 16,6 |

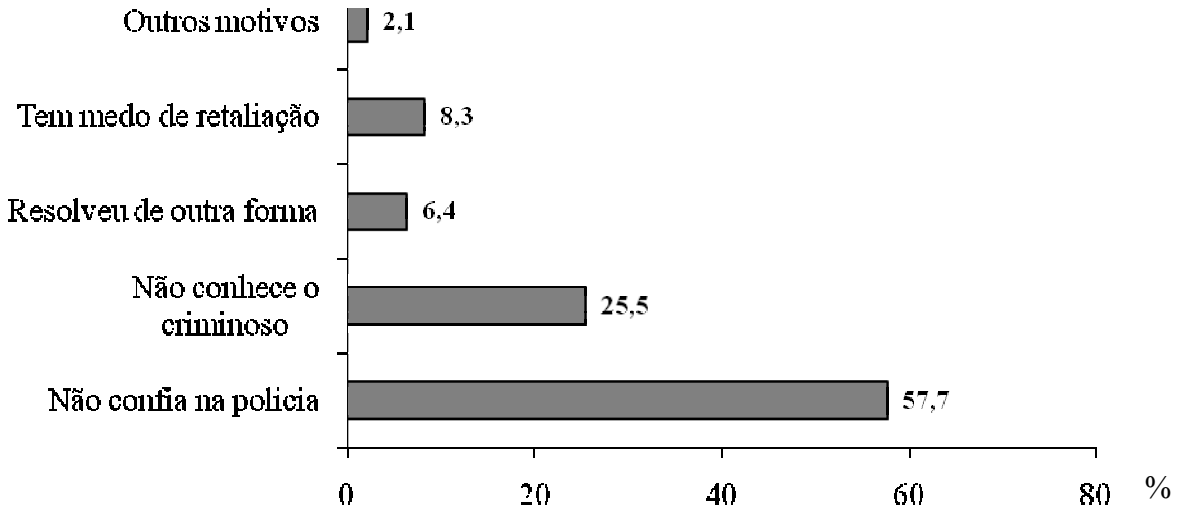
[h] – Teste de Wald para heterogeneidade

[t] – Teste de Wald para tendência linear

**Tabela 3**. Descrição e distribuição da notificação e subnotificação à polícia, segundo o tipo de violência urbana sofrida em Pelotas (RS), 2007.

| | N | Notificações (N) | Subnotificações (%) |
|---|---|---|---|
| Roubo à residência | 805 | 344 | 57,3 |
| Roubo | 238 | 150 | 37,0 |
| Furto | 476 | 211 | 55,7 |
| Agressões | 108 | 63 | 41,7 |
| Total | 1627 | 768 | 52,8 |

**Figura 2**. Motivos alegados para a não notificação da violência urbana sofrida à polícia. Pelotas (RS), 2007.



# Normas para publicação

## Periódico Cadernos de Saúde Pública

**Normas de Publicação**

Cadernos de Saúde Pública/Reports in Public Health (CSP) publica artigos originais com elevado mérito científico que contribuam ao estudo da saúde pública em geral e disciplinas afins. Recomendamos aos autores a leitura atenta das instruções abaixo antes de submeterem seus artigos a Cadernos de Saúde Pública.

**1. CSP aceita trabalhos para as seguintes seções:**

**Revisão** – revisão crítica da literatura sobre temas pertinentes à saúde pública (máximo de 8.000 palavras);

**Artigos** – resultado de pesquisa de natureza empírica, experimental ou conceitual (máximo de 6.000 palavras);

**Notas** – nota prévia, relatando resultados parciais ou preliminares de pesquisa (máximo de 1.700 palavras);

**Resenhas** – resenha crítica de livro relacionado ao campo temático de CSP, publicado nos últimos dois anos (máximo de 1.200 palavras);

**Cartas** – crítica a artigo publicado em fascículo anterior de CSP (máximo de 1.200 palavras);

**Debate** – artigo teórico que se faz acompanhar de cartas críticas assinadas por autores de diferentes instituições, convidados pelo Editor, seguidas de resposta do autor do artigo principal (máximo de 6.000 palavras);

**Fórum** – seção destinada à publicação de 2 a 3 artigos coordenados entre si, de diferentes autores, e versando sobre tema de interesse atual (máximo de 12.000 palavras no total). Os interessados em submeter trabalhos para essa seção devem consultar o Conselho Editorial.

## 2. Normas para envio de artigos

CSP publica somente artigos inéditos e originais, e que não estejam em avaliação em nenhum outro periódico simultaneamente. Os autores devem declarar essas condições no processo de submissão. Caso seja identificada a publicação ou submissão simultânea em outro periódico o artigo será desconsiderado. A submissão simultânea de um artigo científico a mais de um periódico constitui grave falta de ética do autor. Serão aceitas contribuições em português, espanhol ou inglês.

## 3. Publicação de ensaios clínicos

Artigos que apresentem resultados parciais ou integrais de ensaios clínicos devem obrigatoriamente ser acompanhados do número e entidade de registro do ensaio clínico. Essa exigência está de acordo com a recomendação da BIREME/OPAS/OMS sobre o Registro de Ensaios Clínicos a serem publicados a partir de orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS, do International Committee of Medical Journal Editors (www.icmje.org) e do Workshop ICTPR. As entidades que registram ensaios clínicos segundo os critérios do ICMJE são:

Australian New Zealand Clinical Trials Registry (ANZCTR)

ClinicalTrials.gov

International Standard Randomised Controlled Trial Number (ISRCTN)

Nederlands Trial Register (NTR)

UMIN Clinical Trials Registry (UMIN-CTR)

WHO International Clinical Trials Registry Platform (ICTRP)

**4. Fontes de financiamento**

Os autores devem declarar todas as fontes de financiamento ou suporte, institucional ou privado, para a realização do estudo. Fornecedores de materiais ou equipamentos, gratuitos ou com descontos, também devem ser descritos como fontes de financiamento, incluindo a origem (cidade, estado e país). No caso de estudos realizados sem recursos financeiros institucionais e/ou privados, os autores devem declarar que a pesquisa não recebeu financiamento para a sua realização.

**5. Conflito de interesses**

Os autores devem informar qualquer potencial conflito de interesse, incluindo interesses políticos e/ou financeiros associados a patentes ou propriedade, provisão de materiais e/ou insumos e equipamentos utilizados no estudo pelos fabricantes.

**6. Colaboradores**

Devem ser especificadas quais foram as contribuições individuais de cada autor na elaboração do artigo. Lembramos que os critérios de autoria devem basear-se nas deliberações do International Committee of Medical Journal Editors, que determina o seguinte: o reconhecimento da autoria deve estar baseado em contribuição substancial relacionada aos seguintes aspectos: 1. Concepção e projeto ou análise e interpretação dos dados; 2. Redação do artigo ou revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; 3. Aprovação final da versão a ser publicada. Essas três condições devem ser integralmente atendidas.

## 7. Agradecimentos

Possíveis menções em agradecimentos incluem instituições que de alguma forma possibilitaram a realização da pesquisa e/ou pessoas que colaboraram com o estudo mas que não preencheram os critérios para serem co-autores.

## 8. Referências

As referências devem ser numeradas de forma consecutiva de acordo com a ordem em que forem sendo citadas no texto. Devem ser identificadas por números arábicos sobrescritos (Ex.: Silva [1]). As referências citadas somente em tabelas e figuras devem ser numeradas a partir do número da última referência citada no texto. As referências citadas deverão ser listadas ao final do artigo, em ordem numérica, seguindo as normas gerais dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Apresentados a Periódicos Biomédicos (http://www.nlm.nih.gov/citingmedicine/).

Todas as referências devem ser apresentadas de modo correto e completo. A veracidade das informações contidas na lista de referências é de responsabilidade do(s) autor(es).

## 9. Nomenclatura

Devem ser observadas as regras de nomenclatura zoológica e botânica, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas.

## 10. Ética em pesquisas envolvendo seres humanos

A publicação de artigos que trazem resultados de pesquisas envolvendo seres humanos está condicionada ao cumprimento dos princípios éticos contidos na Declaração de Helsinki (1964, reformulada em 1975, 1983, 1989, 1996 e 2000), da

World Medical Association. Além disso, deve ser observado o atendimento a legislações específicas (quando houver) do país no qual a pesquisa foi realizada.

Artigos que apresentem resultados de pesquisas envolvendo seres humanos deverão conter uma clara afirmação deste cumprimento (tal afirmação deverá constituir o último parágrafo da seção Metodologia do artigo). Após a aceitação do trabalho para publicação, todos os autores deverão assinar um formulário, a ser fornecido pela Secretaria Editorial de CSP, indicando o cumprimento integral de princípios éticos e legislações específicas. O Conselho Editorial de CSP se reserva o direito de solicitar informações adicionais sobre os procedimentos éticos executados na pesquisa.

**11. Processo de submissão *online***

Os artigos devem ser submetidos eletronicamente por meio do sítio do Sistema de Avaliação e Gerenciamento de Artigos (SAGAS), disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/csp/index.html. Outras formas de submissão não serão aceitas. As instruções completas para a submissão são apresentadas a seguir.

No caso de dúvidas, entre em contado com o suporte sistema SAGAS pelo e-mail: csp-artigos@ensp.fiocruz.br. Inicialmente o autor deve entrar no sistema SAGAS http://www.ensp.fiocruz.br/csp/index.html. Em seguida, inserir o nome do usuário e senha para ir à área restrita de gerenciamento de artigos.

Novos usuários do sistema SAGAS devem realizar o cadastro em "Cadastre-se" na página inicial. Em caso de esquecimento de sua senha, solicite o envio automático da mesma em "Esqueceu sua senha? Clique aqui". Para novos usuários do sistema SAGAS. Após clicar em "Cadastre-se" você será direcionado para o cadastro no sistema SAGAS. Digite seu nome, endereço, e-mail, telefone, instituição.

**12. Envio do artigo**

A submissão on-line é feita na área restrita de gerenciamento de artigos http://www.ensp.fiocruz.br/csp/index.html. O autor deve acessar a "Central de Autor" e selecionar o *link* "Submeta um novo artigo".

A primeira etapa do processo de submissão consiste na verificação às normas de publicação de CSP. O artigo somente será avaliado pela Secretaria Editorial de CSP se cumprir todas as normas de publicação.

Na segunda etapa são inseridos os dados referentes ao artigo: título, título corrido, área de concentração, palavras-chave, informações sobre financiamento e conflito de interesses, resumo, *abstract* e agradecimentos, quando necessário.

Se desejar, o autor pode sugerir potenciais consultores (nome, e-mail e instituição) que ele julgue capaz de avaliar o artigo.

O título completo (no idioma original e em inglês) deve ser conciso e informativo, com no máximo 110 caracteres com espaços. O título corrido (máximo de 70 caracteres com espaços).

As palavras-chave (mínimo de 3 e máximo de 5) devem constar na base da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), disponível: http://decs.bvs.br/.

*Resumo*. Com exceção das contribuições enviadas às seções Resenha ou Cartas, todos os artigos submetidos em português ou espanhol deverão ter resumo na língua principal e em inglês. Os artigos submetidos em inglês deverão vir acompanhados de resumo em português ou em espanhol, além do *abstract* em inglês. O resumo pode ter no máximo 1100 caracteres com espaço. *Agradecimentos*. Possíveis agradecimentos às instituições e/ou pessoas poderão ter no máximo 500 caracteres com espaço.

Na terceira etapa são incluídos o(s) nome(s) do(s) autor(es) do artigo, respectiva(s) instituição(ões) por extenso, com endereço completo, telefone e e-mail,

bem como a colaboração de cada um. O autor que cadastrar o artigo automaticamente será incluído como autor de artigo. A ordem dos nomes dos autores deve ser a mesma da publicação.

Na quarta etapa é feita a transferência do arquivo com o corpo do texto e as referências. Esse arquivo não deve conter resumo, *abstract*, identificação/afiliação dos autores, ilustrações (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas) e agradecimentos/colaboração.

O arquivo com o texto do manuscrito deve estar nos formatos DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) ou ODT (Open Document Text) e não deve ultrapassar 1 MB. O texto deve ser apresentado em espaço 1,5cm, fonte Times New Roman, tamanho 12. O texto deve conter somente o corpo do artigo e as referências bibliográficas. Os seguintes itens deverão ser inseridos em campos à parte durante o processo de submissão: resumo e *abstract*; nome(s) do(s) autor(es), afiliação ou qualquer outra informação que identifique o(s) autor(es); agradecimentos e colaborações; ilustrações (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas).

Na quinta etapa são transferidos os arquivos das ilustrações do artigo (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas), quando necessário. Cada ilustração deve ser enviada em arquivo separado clicando em "Transferir". *Ilustrações*. O número de ilustrações deve ser mantido ao mínimo, sendo aceito o máximo de cinco Ilustrações (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas).

Os autores deverão arcar com os custos referentes ao material ilustrativo que ultrapasse esse limite e também com os custos adicionais para publicação de figuras em cores. Os autores devem obter autorização, por escrito, dos detentores dos direitos de reprodução de ilustrações que já tenham sido publicadas anteriormente.

*Tabelas*. As tabelas podem ter 17cm de largura, considerando fonte de tamanho 9. Devem ser submetidas em arquivo de texto: DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) ou ODT (Open Document Text). As tabelas devem ser numeradas (números arábicos) de acordo com a ordem em que aparecem no texto.

*Figuras*. Os seguintes tipos de figuras serão aceitos por CSP: Mapas, Gráficos, Imagens de satélite, Fotografias e Organogramas, e Fluxogramas. Os mapas devem ser submetidos em formato vetorial e são aceitos nos seguintes tipos de arquivo: WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics). Nota: os mapas gerados originalmente em formato de imagem e depois exportados para o formato vetorial não serão aceitos.

Os gráficos devem ser submetidos em formato vetorial e serão aceitos nos seguintes tipos de arquivo: XLS (Microsoft Excel), ODS (Open Document Spreadsheet), WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics).

As imagens de satélite e fotografias devem ser submetidas nos seguintes tipos de arquivo: TIFF (Tagged Image File Format) ou BMP (Bitmap). A resolução mínima deve ser de 300dpi (pontos por polegada), com tamanho mínimo de 17,5cm de largura.
Os organogramas e fluxogramas devem ser submetidos em arquivo de texto: DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) ou ODT (Open Document Text).

As figuras devem ser numeradas (números arábicos) de acordo com a ordem em que aparecem no texto. Títulos e legendas de figuras devem ser apresentados em arquivo de texto separado dos arquivos das figuras. *Formato vetorial*. O desenho vetorial é originado a partir de descrições geométricas de formas e normalmente é composto por curvas, elipses, polígonos, texto, entre outros elementos, isto é, utilizam vetores matemáticos para sua descrição.

*Finalização da submissão*. Ao concluir o processo de transferência de todos os arquivos, clique em "Finalizar Submissão". *Confirmação da submissão*. Após a finalização da submissão o autor receberá uma mensagem por e-mail confirmando o recebimento do artigo pelos CSP. Caso não receba o e-mail de confirmação dentro de 24 horas entre em contato com a secretaria editorial de CSP por meio do e-mail: csp-artigos@ensp.fiocruz.br.

**13. Acompanhamento do processo de avaliação do artigo**

O autor poderá acompanhar o fluxo editorial do artigo pelo sistema SAGAS. As decisões sobre o artigo serão comunicadas por e-mail e disponibilizadas no sistema SAGAS.

**14. Envio de novas versões do artigo**

Novas versões do artigo devem ser encaminhadas usando-se a área restrita de gerenciamento de artigos http://www.ensp.fiocruz.br/csp/index.html do sistema SAGAS, acessando o artigo e utilizando o *link* "Submeter nova versão". As modificações no texto.

**15. Envio de novas versões do artigo**

Após a aprovação do artigo a prova de prelo será enviada para o autor de correspondência por e-mail. A prova de prelo revisada e as declarações devidamente assinadas deverão ser encaminhadas para a secretaria editorial de CSP por e-mail (cadernos@ensp.fiocruz.br) ou por fax +55(21)2598-2514 dentro do prazo de 72 horas após seu recebimento pelo autor de correspondência.

# Nota à imprensa

## Pesquisa investiga vitimização por violência urbana em Pelotas

A violência urbana é atualmente um dos grandes problemas do Brasil. Ela tem impacto na saúde dos indivíduos, causando medo e insegurança, e provocando traumas emocionais e psicológicos. As formas mais comuns de violência urbana são os furtos, os roubos e as agressões.

Muitas das violências que ocorrem nas cidades não são notificadas às autoridades. Este comportamento interfere negativamente nas estimativas policias sobre a violência urbana. Ou seja, os números de ocorrências divulgados são menores do que os de crimes cometidos contra a pessoa ou o seu patrimônio. Conhecer a quantidade de violência que ocorreu na zona urbana de um município, no último ano – por exemplo, e as características das pessoas que foram vitimadas são dados importantes às instituições de segurança. Com eles, as autoridades podem traçar metas e medidas efetivas de controle e combate à violência.

No ano de 2007, foi realizado um estudo sobre violência urbana em Pelotas com 2.912 pessoas moradoras da zona urbana do município. Todos os participantes tinham idade igual ou superior a 20 anos e responderam a um questionário contendo informações sobre sexo, cor/raça, renda familiar, etc. Além destas perguntas, foi perguntado se sofreram nos últimos 12 meses e nos últimos cinco anos alguma violência como furtos, roubos, agressões e furto/roubo à residência. Os resultados foram surpreendentes. A ocorrência de violência urbana na cidade foi de 28,0% nos últimos cinco anos e de 16,6% no último ano.

O tipo de violência urbana mais relatada foi o furto/roubo à residência (9,7%), ou seja, um a cada dez pelotenses teve sua casa furtada/roubada no último ano (2006/2007). Os furtos foram o segundo crime mais comum, vitimando 6,0% da

população. Os roubos e as agressões, que são crimes que envolvem uso de violência, foram os menos freqüentes, com prevalências de 2,7% e 1,5%, respectivamente. Em relação a quem sofreu alguma das violências pesquisadas, encontrou-se que em Pelotas os homens são mais vitimados por roubos, assim como indivíduos mais jovens (20-29 anos) e os sem companheiro/a (esposo/a).

Mais da metade das pessoas que sofreram algum tipo de violência urbana no último ano não denunciaram o crime à Polícia Civil de Pelotas, portanto não há um Boletim de Ocorrência (BO) sobre o crime sofrido. Entre os principais motivos apontados pelas vítimas para esse comportamento, destacaram-se: não confiar na polícia (57,7%); não conhecer o criminoso (25,5%); medo de sofrer retaliação do criminoso (8,3%); e buscar resolver a situação de outra forma, que não recorrendo aos meios legais (6,4%).

Os dados do estudo apontam que a violência é um problema também importante em cidades de porte médio. O conhecimento sobre sua dimensão é uma ferramenta importante para incrementar, executar ou criar políticas públicas de segurança e saúde locais mais efetivas, pautadas nas prioridades do município. A não notificação às autoridades colabora para a menor visibilidade da violência. Trabalhar a importância de notificar os crimes é uma tarefa a ser considerada pelas autoridades de segurança e saúde – ambos os setores atingidos por suas conseqüências.

# Livros Grátis

( http://www.livrosgratis.com.br )

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo